

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2010/2011



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**MOBILIDADE ESTRATÉGICA E FORÇAS
EXPEDICIONÁRIAS.**

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA/ DO EXÉRCITO PORTUGUÊS/ DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.

VICTOR SÉRGIO ANTUNES GOMES

Major de Infantaria



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**MOBILIDADE ESTRATÉGICA E FORÇAS
EXPEDICIONÁRIAS.**

Victor Sérgio Antunes Gomes
Major de Infantaria

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 2010/2011

Lisboa 2011



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**MOBILIDADE ESTRATÉGICA E FORÇAS
EXPEDICIONÁRIAS.**

Victor Sérgio Antunes Gomes
Major de Infantaria

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 2010/2011

Orientador: Major de Infantaria João Vasco da Gama de Barros

Lisboa 2011



Agradecimentos

Aos amigos, em geral.

Ao João, ao Raul e a Graça, em particular.



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
Justificação e importância da investigação.....	2
Objecto e delimitação da investigação	3
Definição dos objectivos da investigação	4
Metodologia, percurso e instrumentos.....	4
Organização e conteúdo da investigação.....	6
Modelo de análise.....	7
Corpo de Conceitos	7
2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL.....	9
a. A capacidade de mobilidade estratégica nos EUA.....	9
b. Evolução dos conceitos de mobilidade estratégica dos EUA.....	11
c. Síntese Conclusiva.....	16
3. ANÁLISE COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE	
 MOBILIDADE ESTRATÉGICA NOS EUA.....	18
a. Vantagens	18
b. inconvenientes	19
c. Síntese Conclusiva.....	21
4. A ACTUALIDADE- O PARADIGMA MILITAR DOS EUA	23
a. A era de operações conjuntas de âmbito expedicionário.....	24
b. Níveis de ambição do conceito estratégico dos EUA de 2010.....	26
5. A FUTURA MOBILIDADE ESTRATÉGICA DOS EUA	29
a. GEMMS e/ou SMTS	29
b. Fim das forças expedicionárias	33
c. Síntese Conclusiva.....	35
6. CONCLUSÕES.....	37
BIBLIOGRAFIA.....	41

ANEXOS

Anexo 1 – Glossário de termos

Anexo 2 – Figuras



Resumo

O presente trabalho tem como objectivo analisar a **mobilidade estratégica de forças militares dos Estados Unidos da América** a partir de um enquadramento conceitual, seguida de uma revisão histórica dos conceitos de mobilidade estratégica utilizados até a estratégia de Segurança Nacional dos EUA de 2010. O trabalho realiza, ainda, um estudo das vantagens e inconvenientes dos dois tipos de mobilidade estratégica que foram empregues, o *Global Expeditionary Movement and Maneuver System* e o *Strategic Military Transportation System*, e que compõem a postura militar global dos EUA. Por fim, ele aponta os factores a ter em conta para a formulação de um conceito de mobilidade estratégica na actual **era de operações conjuntas de âmbito expedicionário**.

Neste contexto, a Questão Central que orienta este trabalho e à qual pretendemos dar resposta é a seguinte: *“Em que medida o actual conceito de mobilidade estratégica dos EUA é adequado às futuras necessidades das Forças Armadas dos EUA atendendo à era de operações conjuntas de âmbito expedicionário?”*

Por ser um elemento fundamental da postura militar dos EUA, a mobilidade estratégica é muito mais que uma capacidade que permite interligar e apoiar todo e qualquer ataque de tipo global, as bases militares fora do CONUS, as forças destacadas e as forças de entrada inicial. Os dois conceitos de mobilidade estratégica, conhecidos por GEMMS e SMTS, evoluíram com as mudanças de conceitos estratégicos existentes ao longo da história dos EUA. Os inconvenientes encontrados nestes dois sistemas demonstram que qualquer dos dois modelos não permite atingir os níveis de ambição da actual Estratégia dos EUA. Os desafios definidos nesta Estratégia delimitam de uma forma realista a era de operações conjuntas de âmbito expedicionário. O último tipo de mobilidade estratégica, conhecido por SMTS, deverá ser objecto de uma transformação por forma a responder aos desafios levantados pela ameaça de 2A/AD a qual representa a maior ameaça à actual postura global militar dos EUA.



Abstract

This paper aims to analyze **United States Strategic Mobility of military forces** through a conceptual framework that sustains a historical review of the strategic mobility concepts used to the National Security Strategy 2010. This work also deepens the understanding of the advantages and disadvantages of the two implemented strategic mobility concepts, the **Global Expeditionary Movement and Maneuver System** and the **Strategic Military Transportation System**, which make up the United States global military posture.

In this context, the central guiding question and which we intend to answer with this paper is as follows: *"To what extent the current United States strategic mobility is appropriate for future needs of the United States Armed Forces taking into account the current joint expeditionary operations era?"*

As an essential element of the US global military posture, the strategic mobility is more than a capacity that links together and supports all US forward-based, forward-deployed, global attack, and surge forces. The two strategic mobility concepts, known as GEMMS and SMTS, were tailored to each national security along the US history. The disadvantages of these two systems show that any of the two models will not achieve the intent of the current strategy. The challenges identified in this strategy delimit in a realistic way the era of joint operations in an expeditionary context. The last type of strategic mobility, known as SMTS, should be subject to a transformation in order to meet the challenges posed by the 2A/AD threat which represents the greatest threat to the current US global military posture.



Palavras-chave

Forças Expedicionárias;

GEMMS;

Mobilidade Estratégica;

Operações Conjuntas;

SMTS.



LISTA DE ABREVIATURAS

A

A2/AD – *Anti-Access/Area Denial*

AMC – *Airlift Mobility Command*

APOD – *Air Port of Debarkation*

ATS – *Army Transportation Service*

C

C3I – *Comando, Controlo, Comunicações e Informações*

CJCS – *Chairman of the Joint Chiefs of Staff*

COIN – *Contra-Subversão*

CONUS – *Território dos EUA (sem os estados do Havai e do Alasca).*

CSL – *Cooperative Security Locations*

D

DOD – *Department of Defense (Pentágono)*

E

EUA – *Estados Unidos da América*

F

FFA – *Forças Armadas dos EUA*

FOB – *Forward Operating Base*

FOS – *Forward Operating Base*

FY – *Fiscal Year*

G

GEMMS – *Global Expeditionary Movement and Maneuver System*

I

ISR – *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*

IW – *indications and Warning*

L

LMSR – *large, medium-speed, roll-on/roll-off ship*

LOC – *Lines of Communications*

M

MAC – *Military Airlift Command*

MOB – *Main Operating Bases*

MOU – *Memorandum of Understanding*



MSC – *Military Saelift Command*

MTMC – *Military Traffic Management Command*

N

NMS – *National Military Strategy*

NSS – *National Security Strategy*

O

OAF – Operação “*Allied Force*”

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte (ou NATO – North Atlantic Treaty Organization)

P

POD – *Port Of Debarkation*

Q

QDR – *Quadrennial Defense Review*

R

RSO-I – *Reception, Staging, Onward movement and Integration*

S

SDDC – *Surface deployment and distribution command*

SMTS – *Strategic Military Transportation System*

SOFA – *Status of Forces Agreement*

SPOD – *Sea Port Of Debarkation*

SRS – *Strategic Reinforcement System*

T

TO – Teatro de Operações

TRANSCOM – *Transportation Command*

U

UE – União Europeia

URSS – União das repúblicas socialistas Soviéticas



“Build no more fortresses, build railways”

Helmut von Moltke

1. INTRODUÇÃO

Os políticos nos Estados Unidos da América (EUA) aperceberam-se de que as causas exógenas dos conflitos tinham evoluído nas últimas décadas devido às transformações rápidas e profundas ocorridas no panorama estratégico internacional. Os Conceitos Estratégicos baseados em conflitos clássicos entre Estados e definidos antes do fim da Guerra Fria parecem arcaicos. Para além deste facto, os conceitos Estratégicos de Segurança Nacional dos EUA dos presidentes Clinton, Bush e Obama, definidos por *National Security Strategy* (NSS), têm uma premissa comum: defender a nação combatendo o inimigo fora do território nacional. Para atingir este desiderato, os EUA necessitam de um sistema de mobilidade estratégica para projectar e apoiar as suas forças pelo mundo¹ em constante mudança; esta necessidade, como veremos neste trabalho, foi sempre considerada nos conceitos estratégicos de Defesa Nacional. Neste contexto e desde 1997, o ministério da defesa dos EUA, mais conhecido por Pentágono ou *Department Of Defense*, viu-se obrigado a apresentar ao Congresso, de quatro em quatro anos, um documento com as orientações e as prioridades estratégicas, tendo sempre a capacidade de mobilidade estratégica de forças militares como um dos elementos essenciais. Por intermédio destes documentos, conhecidos como *Quadrennial Defense Review* (QDR), o Secretário da Defesa define a sua visão sobre os futuros desafios no âmbito da segurança e as ameaças que as Forças Armadas dos EUA (FAA) deverão fazer face, definindo desta forma este mundo em mudança. Concomitantemente, a mobilidade estratégica, que é essencial para o movimento de unidades de combate para o local de emprego (AAP – 6, 2010:2-S-13), foi, durante a história dos EUA, objecto de transformação. O conceito de mobilidade estratégica de forças militares foi mudando consoante o período em que se

¹ A importância da mobilidade estratégica é reconhecida ao mais alto nível: Em 2000, o próprio Congresso levantou 14 perguntas/considerações sobre o futuro conceito estratégico de Defesa Nacional, que serviram de ponto de partida para a elaboração do QDR de 2001 do recente Secretário da Defesa, Rumsfeld, nas quais podemos encontrar a pergunta número 9 que requeria uma revisão do conceito de mobilidade estratégica (Rand, 2005: 27).



inseriu mas, de uma forma geral, esta mudança dependeu sempre da necessidade de diminuir a presença permanente das forças dos EUA pelo mundo e das contingências que requereram forças dos EUA. Esta mudança teve implicações directas nos vectores de desenvolvimento que definem a capacidade de mobilidade estratégica. Por exemplo, o vector definido por organização foi alterado com o fim da Guerra Fria: o fim do pacto de Varsóvia levou a redução das forças dos EUA e do número de unidades a apoiar. Outro vector alterado foi a Doutrina, mudança que ocorreu quando houve necessidade de transportar forças para locais não controlados pelo EUA. Esta mudança foi identificada, por exemplo, durante a operação “*Overlord*”, em França, em 1945 e na Operação “*Allied Force*” (OAF) no Kosovo em 1999. Estas mudanças registadas nos vectores de desenvolvimento que constituem a capacidade de mobilidade estratégica demonstram que um estudo de mobilidade estratégica de forças militares, num ambiente expedicionário, poder-se-ia resumir ao estudo dos vectores de desenvolvimento, como por exemplo o vector definido por material que é constituído pelas componentes *Sealift*, *Airlift*, *pre-deployment* (JP 3-35, 2010:I-8). No entanto, esta capacidade é muito mais que uma simples combinação de vectores de desenvolvimento. Para entender o objecto deste trabalho, temos de ir para além dos três tipos diferentes de Estratégias a que corresponde uma classificação da Estratégia quanto ao desenvolvimento e utilização dos meios ou da força ou quanto á preparação e utilização da força. Esta capacidade é também um elemento essencial na linha de força que permite o desenvolvimento de planos de fortalecimento do potencial estratégico dos EUA e ela foi objecto, na história dos EUA, de várias revisões ao nível estratégico.

Justificação e importância da investigação

Parafraseando Winston Churchill, “o reabastecimento e o transporte permanecem ou caem juntos; a história depende dos dois” (JP 4-01, 2003: IV-1). A capacidade de Mobilidade estratégica de forças é vista pela OTAN como uma capacidade essencial para a boa condução de operações militares (MC 400-2, 2000:18). Em simultâneo, assiste-se a um debate sobre o aprofundamento da integração dos vários conceitos estratégicos nacionais e cooperativos levado a efeito no âmbito da União Europeia (UE) de forma que seja possível partilhar a capacidade de projecção estratégica; vejam o último acordo bilateral franco-britânico. Assim a história da mobilidade estratégica de forças militares e o interesse da maioria dos países ocidentais neste tema constituem um indicador da importância do desta



capacidade². Concomitantemente, o tema deste trabalho “Mobilidade Estratégica e Forças Expedicionárias” define-se como uma das capacidades essenciais para o cumprimento dos desideratos da postura militar global dos EUA definidos nos conceitos estratégicos militares. Neste contexto e sabendo que os conceitos elaborados pelos EUA são vistos como uma referência para as organizações supracitadas, visualiza-se como importante analisar os vários tipos de mobilidade estratégica de forças militares utilizados pelos EUA, que são definidos como *Global Expeditionary Maneuver and Movement System* (GEMMS) e *Strategic Military Transportation System* (SMTS), apontando as vantagens e os inconvenientes destes tipos de mobilidade estratégica nos dias de hoje, ou dito de outra forma, numa era de operações conjuntas de âmbito expedicionário.

Objecto e delimitação da investigação

O objecto deste trabalho é a mobilidade estratégica de força militares dos EUA numa era de operações conjuntas de âmbito expedicionário. Temos de admitir que escrever sobre esta temática é uma tarefa ampla. Trabalhar sobre cada aspecto deste tema, por exemplo, analisar, entre *Sealift*, *Airlift* e *pre-deployment*, qual seria o componente mais adequada ao sistema de mobilidade estratégica, obrigaria a ter um trabalho com uma dimensão bem superior ao actual. Assim, escolheu-se como delimitação do trabalho, apresentar uma análise ao nível das estratégias total e militar aplicadas nos EUA. Concomitantemente, tiveram de ser considerados os factores de avaliação da conflitualidade, actual e passada, reconhecidos pelos EUA³ e os níveis de ambição que advêm dos documentos enquadrantes da estratégia de Defesa e Segurança dos EUA. Outra delimitação advém do facto que a mobilidade estratégica dos EUA foi, durante a sua história, definida por dois tipos de conceitos diferentes. A dificuldade em encontrar publicações sobre estes dois conceitos de GEMMS e SMTS, levou a condicionar este trabalho aos factores de decisão da estratégia preconizados pelo General Cabral Couto (Couto, 1988:293) e pelo Almirante Silva Ribeiro (Ribeiro, 2009:106) definidos por a Missão e o Meio.

Não obstante e considerando a complexidade da temática, a investigação socorrer-se-á de outras áreas do saber como a História e as Relações Internacionais.

² No artigo do semanário *Economist* publicado em 14 de Outubro de 2010, cujo título é *Entente or bust*, podemos ler que a mobilidade estratégica é vista como uma capacidade essencial para criar, fornecer e acrescentar o poder de um país.

³ Como veremos no trabalho, muitos dos factores identificados pelos decisores dos EUA foram mudando com os vários conceitos estratégicos e com as várias percepções existentes na administração federal, outros foram mantidos e alguns tornaram-se mais acentuados. Mas todos eles se tornaram mais complexos.



Definição dos Objectivos da Investigação

Face ao tema proposto, os objectivos da investigação consistem nos seguintes pontos:

- Definir Mobilidade Estratégica de forças militares tendo em atenção a era de operações conjuntas de âmbito expedicionário;
- Analisar a evolução do conceito de mobilidade estratégica de forças militares, nos EUA, desde da 2ª Guerra Mundial até à actualidade;
- Determinar as vantagens e inconvenientes dos dois tipos de mobilidade estratégica de forças militares (GEMMS e SMTS);
- Dar uma visão prospectiva da capacidade de mobilidade estratégica dos EUA, com base nos níveis de ambição dos vários documentos oficiais ao nível estratégico (Estratégia de Segurança Nacional de 2010 (NSS), da Revisão Quadrienal da Estratégia de Defesa de 2010 (QDR) e sobretudo da Estratégia Militar Nacional de 2011 (NMS)) e nas tendências de evolução da conflitualidade.

Metodologia, percurso e instrumentos

A justificação do tema leva-nos a subentender que existe a necessidade de confirmar se o modelo de mobilidade estratégica existente é o mais adequado para o cumprimento das possíveis missões atribuídas às FAA. Para tal elaboramos a seguinte Questão Central:

“Em que medida o actual conceito de mobilidade estratégica dos EUA é adequado às futuras necessidades das Forças Armadas dos EUA atendendo à era de operações conjuntas de âmbito expedicionário?”

Para a boa condução deste estudo, tendo sempre em mente a resposta à Questão Central, enunciámos cinco questões derivadas, as quais nos ajudam a perceber melhor a problemática:

Questão Derivada nº1:

Como é entendida a mobilidade estratégica nos EUA?

Questão Derivada nº2:

Como evoluiu a mobilidade estratégica nos EUA desde de 1890 até aos nossos dias?

Questão Derivada nº3:

Quais as vantagens e inconvenientes dos conceitos de GEMMS e de SMTS numa Era de Operações Conjuntas de âmbito expedicionário?



Questão Derivada nº4:

Quais são os desafios para as forças expedicionárias dos EUA atendendo ao ambiente internacional em que operam?

Questão Derivada nº5:

Como se prospectiva a mobilidade estratégica de forças militares face às tendências de evolução da conflitualidade?

O resultado apresentado neste trabalho teve por base a investigação científica, preconizada por Stephen Van Evera. Uma hipótese seria uma espécie de relação conjuntural entre dois fenómenos distintos, porém inter-relacionados. “Assim como leis, hipóteses podem ser de dois tipos: causal (conjectura-se que A causa B) e não-causal (conjectura-se que A e B são causados por C; desde que A e B são correlatos, mas nenhum causa o outro)” (Van Evera, 1997:08). Neste trabalho, optou-se por elaborar uma hipótese causal, onde A é a estratégia dos EUA e B é o conceito de mobilidade estratégica de forças militares mais eficaz para o poder militar global dos EUA. Após ter efectuado contactos com algumas entidades ligadas a esta temática (Cor Karl Johnson, Adido Militar dos EUA em Portugal, TCor Carlson Karn, USAF do Gabinete de Cooperação para a Defesa⁴, Sr Robert O. Work⁵, investigador e Sra Natalya Anfilofyeva, Director das relações publicas no *Center for Strategic and Budgetary Assessments* em Washington) e ter realizadas leituras e pesquisas documentais e bibliográficas, fomos induzidos a apresentar os seguintes argumentos que eventualmente poderão contribuir para alcançar as respostas às questões supracitadas:

A mobilidade estratégica é mais que uma capacidade que permite interligar e apoiar todo e qualquer ataque de tipo global, as bases militares fora do CONUS, as forças destacadas e as forças de entrada inicial. Esta mobilidade estratégica é também um elemento fundamental da postura militar global.

Os dois conceitos de mobilidade estratégica, conhecidos por GEMMS e SMTS, evoluíram com as mudanças de conceitos estratégicos existentes na história dos EUA.

Os inconvenientes encontrados nestes dois sistemas demonstram que qualquer dos dois modelos não permite atingir os níveis de ambição da actual Estratégia dos EUA. Os desafios definidos nesta Estratégia delimitam, de uma forma realista, a era de operações conjuntas de âmbito expedicionário.

⁴ O TCor Karn é detentor de um mestrado em gestão de transporte e mobilidade aérea;

⁵ Sr. Work é um investigador, na área da postura militar global, do CSBA (um instituto de pesquisa independente e sem fins lucrativos criado para promover pensamentos inovadores e debates sobre a estratégia de segurança nacional, o planeamento de defesa e as opções de investimento militar para o século XXI);



O último tipo de mobilidade estratégica, conhecido por SMTS, deverá ser objecto de uma transformação de forma a poder responder aos desafios levantados pela ameaça de 2A/AD que representa a maior ameaça à actual postura global militar dos EUA.

Organização e conteúdo da investigação

Após termos identificado a questão de central **“Em que medida o actual conceito de mobilidade estratégica dos EUA é adequado às futuras necessidades das Forças Armadas dos EUA atendendo à era de operações conjuntas de âmbito expedicionária?”**, iremos organizar este trabalho em seis capítulos.

O segundo capítulo estabelece as bases conceptuais do pensamento dos EUA sobre a mobilidade estratégica da componente terrestre expedicionária das FAA a fim de uniformizar a linguagem ao longo de todo o trabalho e descreve, numa perspectiva dos EUA, as várias componentes que caracterizam esta capacidade. De 1890 até aos dias de hoje, os EUA adoptaram, fundamentalmente, duas posturas distintas no âmbito expedicionário e, por consequência, criaram dois modelos distintos de mobilidade estratégica, como, também, “transformaram”⁶ os modelos existentes até a altura: conhecidos pelos acrónimos de GEMMS e SMTS. Desta forma, neste capítulo, pretendeu-se dar uma perspectiva histórica dos modelos utilizados pelas forças dos EUA. Para distinguir os vários modelos, é considerado um período histórico amplo dividido em três diferentes fases: Oceânica (Pré-Guerra Fria, 1890-1946), Transoceânica (Guerra Fria, 1947-1989) e Segunda Transoceânica (pós Guerra Fria, desde de 1990)⁷.

Após verificarmos quais os tipos de mobilidade estratégica utilizados pelas FAA durante este período histórico, o capítulo terceiro apresenta as diferenças entre os dois principais modelos e procura identificar constrangimentos à operação destes tipos de mobilidade estratégica.

O capítulo quarto identifica a era de operações conjuntas de âmbito expedicionário, na óptica dos decisores dos EUA. Tendo por base os conceitos estratégicos de Defesa e Segurança (NSS, QDR e NMS), da administração do presidente Barack H. Obama, este capítulo identifica os aspectos significativos da estratégia dos EUA, como por exemplo os

⁶ O verbo Transformar é aqui utilizado para referenciar o conceito de Revolução dos assuntos militares (tradução de *Revolution in Military Affairs* (RMA)), também conhecido como *Transformation* desenvolvido a partir dos anos 90.

⁷ Este faseamento está de acordo com a divisão de Samuel P. Huntington de 1954 e de Robert Work de 2007. O período estudado por Work está dividido na era continental, oceânica, transoceânica (a posteriori, esta fase foi conhecida como Guerra Fria) e segunda transoceânica (após a queda do muro de Berlim) (Work, 2007: i).



níveis de ambição para o cumprimento das tarefas militares.

Tendo por base uma perspectiva histórica e uma análise da actualidade, identificamos, no capítulo cinco, as características do sistema que mais se coaduna com a actualidade e as lacunas do modelo contemporâneo de mobilidade estratégica de forças militares, numa era de operações conjuntas de âmbito expedicionário.

Nas conclusões do trabalho, pretendemos responder à questão central com base nas respostas obtidas para cada uma das questões derivadas e na validação, ou não, dos argumentos respectivos, bem como apresentar possíveis soluções as lacunas identificados.

Modelo de análise

Para estudarmos a mobilidade estratégica de forças expedicionárias houve a necessidade de definir um modelo de análise. As variáveis escolhidas para todo o trabalho agrupam-se em dois conjuntos: o objectivo político-estratégico, também conhecido por missão, e o meio. Estas variáveis são conhecidas como factores de decisão do processo estratégico. Estes factores condicionam a resolução do problema no âmbito da preparação e do emprego do poder nacional, e por consequência, o próprio desenho do sistema de mobilidade estratégica. O objectivo fixado pela política indica a missão estratégica. A análise deste objectivo deve abranger a sua natureza e características, o seu significado no quadro das potências com interesses na área. O meio indica o ambiente operacional. Na análise das características do meio, interessa ajuizar os actores que podem intervir, as formas de que se podem revestir e, em especial, do grau de liberdade de acção de que se poderá usufruir, para a conduta da acção estratégica (Ribeiro, 2009:106)⁸. No trabalho interessa analisar os dois factores da decisão em conjunto, procurando identificar como os EUA definiram os vários modelos de mobilidade estratégica e como poderá ser o modelo futuro para fazer as ameaças actuais e futuras.

Corpo de Conceitos

A seguinte compilação, dos principais conceitos e dos seus significados, tem como único objectivo evitar confusões entre expressões que podem parecer iguais e assim facilitar a compreensão da investigação.

Os dois conceitos de “mobilidade estratégica de forças militares” e de “forças

⁸ Os factores de decisão são o objectivo político-estratégico a alcançar (missão), as características do ambiente operacional, os potenciais estratégicos dos adversários, suas possibilidades e vulnerabilidades e o tempo (prazos) (Couto, 1988: 293).



expedicionárias” estão intimamente interligados. As forças expedicionárias, tal como as observámos no QDR de 2001, são constituídas por forças nacionais destacadas, forças pré-posicionadas, forças de entrada inicial, parte das forças de ataque global (forças especiais) e das forças de comando, controlo, comunicações e informações (C3I) globais, como por exemplo, as unidades de *indications and Warning* (IW) e as unidades de informações, vigilância e reconhecimento (ISR). No relatório “*Strengthening US Global Defense Posture*” do Ministério da Defesa dos EUA (DoD) de 2004, estes dois conceitos são duas das capacidades da postura militar global de um Estado (Krepinevich e Work, 2007:04). Assim e tendo em atenção a definição de operações expedicionárias onde podemos ler que são “a projecção de poder militar sobre linhas de comunicação extensas sobre uma área de operações distante para o cumprimento dum objectivo específico (AAP-6, 2010: 2-E-5), podemos definir o conceito de forças expedicionárias como forças militares projectadas para áreas de operações distantes das suas unidades mobilizadoras. A mobilidade estratégica é, para OTAN, uma capacidade de mover forças e a logística associada de forma oportuna e eficaz a longas distâncias (AAP-6,2010: 2-S-13). Para os EUA, a mobilidade estratégica é a capacidade de projectar e manter forças militares no mundo inteiro em apoio à estratégia nacional. Desta forma, no decorrer do trabalho, iremos sempre interligar estas duas capacidades da postura militar global dos EUA.



2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Uma das premissas da Estratégia de Segurança dos EUA é de defender a nação combatendo o inimigo em território estrangeiro. Para conseguir este objectivo, os EUA necessitam criar um sistema de mobilidade estratégica que permite projectar e manter as suas forças militares em todo o mundo. Este capítulo pretende caracterizar a mobilidade estratégica de forças expedicionárias dos EUA, como uma capacidade fundamental da sua postura militar global, não dando ênfase aos elementos que as constituem, como, por exemplo, os meios do *Airlift* (projectação aérea), *Sealift* (projectação marítima) e *Pré-deployment* (programa de pré-posicionamento) que constituem a capacidade “Mobilidade Estratégica”.

a. A capacidade de mobilidade estratégica nos EUA

Desenvolver uma postura militar global requer uma definição da ameaça e do ambiente onde se insere o conceito estratégico de segurança nacional. Esta postura foi esquematizada num número de capacidades e que são definidas por *Forward-Based Forces* (forças pré-posicionadas), *Forward- Deployed forces* (forças nacionais destacadas), *Global Attack forces* (forças de ataque global como por exemplo as unidades mísseis intercontinentais e forças especiais⁹), *Forcible Entry Forces* (forças de entrada inicial em ambiente não permissível), mobilidade estratégica e forças C3I globais.

Decorrente do desenvolvimento destas capacidades, esta postura global necessita de uma rede de acordos jurídicos multilaterais e de uma segurança mútua entre os EUA e os países ditos amigos.

Mas estas capacidades da postura militar global têm limitações: geográficas, inimigo, aliados, tecnologia e recursos.

A mobilidade estratégica, umas das capacidades essenciais da postura militar global, poderá ser definida, tendo em atenção os seguintes elementos: O alcance ou a área geográfica onde a força militar vai ser projectada, a sua sustentação e o tempo necessário para realizar esta projectação. Quanto maior for a distância entre a unidade base da força expedicionária e o alvo, maior é a dificuldade de mobilidade estratégica. Quanto maior for a área a controlar pela força militar, maior é a necessidade de apoio da mobilidade estratégica à mobilidade operacional.

⁹ As forças especiais, aqui descritas, são *special-prupose ground units* como, por exemplo, os pára-quedistas (Krepinevich e Work, 2007:22).



Podemos apontar, tendo em atenção uma perspectiva histórica, dois motivos principais que demonstram a vantagem em ter uma capacidade de mobilidade estratégica. O primeiro motivo é que uma nação que possui esta capacidade pode concentrar forças de forma mais célere de que o seu adversário; a velocidade é um factor importante a considerar quando se fala de mobilidade estratégica (Scales, 2003: 145). O segundo motivo é permitir a uma grande potência ter Forças Armadas de dimensão menor que, de outra forma, teria sido impossível tendo em atenção os objectivos nacionais espalhados pelo mundo.

Em termos contemporâneos, a mobilidade estratégica é uma combinação de seis diferentes vectores de desenvolvimento: projecção marítima, projecção aérea, programa de pré-posicionamento de bases terrestres, programa de pré-posicionamento de plataformas navais, forças logísticas de combate de tipo naval e forças aéreas de reabastecimento de combustível (JP 3-35, 1999:I-8). Estes vectores, interligados e interdependentes, têm um impacto indelével na organização e no tamanho da rede de unidades ou bases no exterior do território nacional. A capacidade de mobilidade estratégica condiciona também as forças expedicionárias. Assim, a mobilidade estratégica e as forças expedicionárias permitem aos EUA projectar poder e/ou ajudar a movimentar e aplicar o seu poder de combate rapidamente a distâncias intercontinentais.

Até ao momento, foram definidas duas componentes da postura militar global. Mas, o propósito deste trabalho é de construir um raciocínio analítico que permita debater o melhor sistema para a mobilidade estratégica dos EUA de forças militares tendo sempre em foco a postura militar global. O estudo da história dos EUA demonstra que esta nação adaptou dois tipos de posturas definidas como postura de guarnição conhecida como o SMTS e como postura expedicionária, o GEMMS. A postura de guarnição dá mais importância a uma postura defensiva com forças colocadas junto a uma linha de defesa definida pela política dos EUA em teatros de operações onde se espera combater (Europa, Ásia, Pacífico). Ao contrário, a postura expedicionária vê a preponderância das forças dos EUA localizadas no território continental dos EUA, prontas para ser projectadas onde for necessário (onde se encontrar uma ameaça). A diferença entre estas duas posturas reflecte-se na proporção entre as bases das forças dos EUA no interior do território e as bases situadas no exterior, como também, no ratio entre as bases externas e as forças nacionais destacadas. Como, numa postura expedicionária, a maior parte das forças se encontram em território continental, existe uma maior necessidade de identificação de uma possível ameaça e de uma capacidade de mover rapidamente ou de reposicionar forças dos EUA



para além mar. Desde do ano 1890, os EUA experimentaram estas duas posturas. Porém, para um melhor entendimento, torna-se necessário dar uma perspectiva histórica da postura militar dos EUA, o que será feito na secção seguinte.

b. Evolução dos conceitos de mobilidade estratégica dos EUA

A postura militar global, com o intuito de projectar o poder militar do Estado, é um dos meios indispensáveis para garantir os seus interesses nacionais para além das suas fronteiras (Ribeiro, 2009:219)¹⁰. Enquanto os programas políticos que definem as intenções dos EUA quanto aos assuntos globais e à política externa do país, muda a cada administração, o mesmo não acontece com a postura militar global. Entre 1890 e 2010, os EUA adoptaram três posturas militar global, cada uma específica para determinar uma era de segurança nacional. Esta perspectiva histórica descreve as várias posturas entre 1890 e 2010, deixando de lado a fase compreendida entre a fundação dos EUA e 1890. De facto, durante este período, chamado de era continental, a percepção da ameaça à segurança vinha das tribos indígenas ao longo das fronteiras contra as quais usavam o exército e as milícias (Huntington, 1954:485). Depreende-se da afirmação de Huntington que a ameaça à expansão de Este para Oeste vinha do próprio continente e como consequência, o poder naval, única componente da mobilidade estratégica, por ser o único capaz de projectar forças para fora do continente, teve um papel secundário na implementação da política nacional. Este poder naval vai se tornar um elemento chave na estratégia dos EUA com a doutrina Monroe, também conhecida como isolacionismo ou pan-americanismo (Chauprade, 2003:42), e com a necessidade de proteger as linhas de comunicação marítimas nas áreas de interesses económicos e regionais (não ultrapassavam a região dos Caraíbas). Para isso, usavam algumas bases de apoio não permanentes fora do território, meios navais e forças de fuzileiros (Krepinevich e Work, 2007:39-42).

(1) Era oceânica: postura expedicionária

A postura utilizada na era continental era suficiente para cobrir o leque de missões atribuídas à mobilidade estratégica. Mas dois eventos mudaram de forma radical o conceito de segurança nacional. O primeiro evento é meramente simbólico. Com a última batalha travada contra os índios em *Wounded Knee* em 1890, os dos EUA deixaram de ter qualquer ameaça interna, podendo desta forma projectar o seu poder militar para duas regiões: as Caraíbas e o Pacífico. Esta mudança é consubstanciada na teoria de Alfred Mahan definida

¹⁰ É uma forma de acção não pacífica que recorrem à coacção. Para além da militar, também temos, a psicológica, económica, política, diplomática (Ribeiro, 2009:208-227).



no seu livro “*A Influência do poder marítimo na história*” de 1890 (Ribeiro, 2011:01). Esta teoria afirmava que as futuras ameaças ao poderio dos EUA vinham dos países com interesses nos territórios, como por exemplo, a Espanha, que se encontram de cada lado dos EUA, tanto do lado do atlântico como do lado do pacífico. Este geoestrategista também advogava que os EUA precisavam de uma rede de bases no exterior em territórios controlados pelas suas Forças Armadas. Os EUA, dessa forma, começaram a estabelecer algumas guarnições permanentes¹¹ e transformar radicalmente a sua marinha¹². Porém, a maior parte das forças encontravam-se ainda no continente dos EUA. Com este dispositivo, a maior parte das operações desencadeadas pelos EUA eram de cariz expedicionário. As operações desencadeadas durante uma campanha não eram conjuntas¹³. Por exemplo, durante a Guerra Mexicana, a invasão de cuba e das Filipinas, o Exército foi incumbido de planejar e executar o transporte por mar das suas forças (sem intervenção da marinha). Esta situação obrigou o Exército a criar o seu primeiro serviço de transporte conhecido por *Army Transportation Service* (ATS).

Na segunda Guerra Mundial e pela primeira vez, o ritmo do conflito era ditado primariamente pelos meios disponíveis de mobilidade estratégica e de forças de entrada inicial. Assim a quantidade de tropas e de equipamento a projectar não era o único factor a ter em conta. A combinação de uma mobilidade ao nível estratégico e de forças expedicionárias deu origem ao *Global Expeditionary Movement and Maneuver System* (GEMMS). Este sistema movimentava tropas e os seus reforços, equipamentos e abastecimentos para as bases fora da área de operações e apoiava, também, a manobra operacional das forças aquando da sua ofensiva em território controlado pelos países do Eixo. Esta ofensiva das forças de entrada inicial ocorria no litoral conhecida como áreas *Anti-Access/Area Denial* (A2/AD) e obrigava o GEMMS a transportar forças prontas para combater. A componente essencial deste sistema era a *sealift*, devido ao facto de ser a única componente da mobilidade estratégica que podia alcançar distâncias estratégicas e tinha os meios mais adequados para apoiar ofensivas no litoral. Mas, pela primeira vez na história, aparece uma “ponte aérea” (usando o *airlift*) para apoiar os movimentos operacionais nos teatros de operações exteriores ao CONUS. As teorias desenvolvidas por Mahan, no seu livro “*a influência do poder marítimo na história*”, em 1890, foram

¹¹ Estas bases encontravam-se em Guam, nas Filipinas, no Havai, no Panamá e em Porto Rico (Krepinevich e Work, 2007:49);

¹² Em pouco mais de 25 anos, a marinha dos EUA passou da 12ª força naval mundial para a segunda (Lefebvre, 2004:20);

¹³ A responsabilidade de uma campanha era atribuída só a um dos ramos;



plenamente aplicadas neste período onde os EUA tiveram a necessidade de controlar as linhas de comunicação marítimas e de conquistar terrenos no litoral (Chauprade, 2003:571). Assim a mobilidade estratégica coordenava toda a sustentação e a projecção de forças de entrada inicial de tipo anfíbio (fuzileiros mais as plataformas de apoio), aeromóvel e aerotransportado. Para isso dispunham de perto de 5 mil navios e de 4000 aeronaves de transporte só para movimentar este tipo de força, o seu equipamento e os abastecimentos¹⁴. Para projectar este poder militar, foram construídas plataformas capazes de transportar as forças de combate e toda a logística naval. Para alimentar esta máquina logística, foram erigidas bases de apoio para as forças expedicionárias nos teatros de operações (algumas destas bases eram *Sea Port Of Debarkation* (SPOD) móveis e chamadas *Mulberry*) e criadas forças de engenharia com capacidade de construir de raiz essas bases.

(2) Era transoceânica: postura de guarnição

A 2ª Guerra Mundial mudou radicalmente, e pela segunda vez, a postura militar dos EUA. Este conflito testemunhou a transformação das Forças Armadas, de uma postura expedicionária com interesses regionais, para uma postura com presença permanente e interesses globais.

Após a 2ª Guerra Mundial e no início da Guerra Fria, os EUA tiveram de rever o seu conceito estratégico de forma a fazer face a uma nova ameaça que apareceu no continente eurasiático, a União Soviética. Nesta situação, o poder naval dos EUA viria a confrontar-se ao poder terrestre soviético. Os EUA orientaram o seu esforço na obtenção de uma capacidade de projecção do seu poder naquele continente para, desta forma, conseguir conter a expansão soviética, em comprimento da doutrina Truman de 1947. Assim, mesmo não esquecendo que, no início da Guerra Fria, o vector principal da projecção do poder militar era o vector nuclear, os EUA criaram guarnições permanentes de forças militares na periferia da área soviética na Europa e na Ásia, como por exemplo na Alemanha Federal, na Coreia e na Turquia (Krepinevich e Work, 2007:103). De salientar que esta área periférica foi teatro de guerras, como foram as da Coreia e do Vietname. Estes dados levam a sugerir que a área de interesse que, até a data, era principalmente o Mar, passou também a incluir a Terreno. Desta forma, os EUA tiveram de reformular a sua postura militar global. Assim, o sistema resultante da 2ª Guerra Mundial é baseado numa ampla estrutura de bases em territórios de países aliados

¹⁴ Esta quantidade de meios de transporte permitia transportar 14% das Forças de entrada inicial dos EUA (US Army, 2010).



reforçada por um sistema de projecção naval de forças de combate do tipo anfíbia e terrestre, tornou-se o objecto de uma transformação.

O GEMMS foi transformado num novo sistema conhecido por *Strategic Military Transportation System* (SMTS). Nos primórdios da sua existência, o SMTS era denominado por *Strategic Reinforcement System* (SRS) porque este sistema tinha por missão primária, o apoio das bases das forças destacadas, designadas por *Main Operating bases* (MOB) ou *Forward Operating Bases* (FOB)¹⁵, localizadas nos países aliados na Europa e na Coreia. Mas os planeadores dos EUA sentiram que a mobilidade estratégica de forças expedicionárias implicava muito mais que um simples apoio das forças já em posição. Houve a necessidade de fasear o SMTS em quatro etapas: a projecção de forças em áreas permissivas, o emprego de forças de combate, a sustentação das forças em combate e o re completamento/retracção destas forças. Esta situação apresenta algumas diferenças entre o GEMMS da segunda Guerra Mundial e o novo sistema: não havia a necessidade de transportar forças de entrada inicial para áreas ditas 2A/AD, provocando uma diminuição de forças do tipo anfíbias e aerotransportadas; já não havia a necessidade de apoiar o transporte operacional à distância estratégica; o tempo necessário para o *reception, staging, onward movement and integration* (RSO-I) não era um factor essencial; o *sealift* era utilizado para o transporte de cargas pesadas e o *airlift* para o pessoal; o pré-posicionamento de meios logísticos diminuía o tempo de reabastecimento. Um elemento de relevante do SMTS é a criação, em 1987, (durante a administração Reagan) do *Transportation Command* (TRANSCOM) que tinha por missão a gestão da mobilidade estratégica das forças expedicionárias dos EUA coordenando as várias chefias de transporte dos ramos: a *Military Saelift Command* da Marinha (MSC), a *Military Traffic Management Command* do Exército (MTMC) e a *Military Airlift Command* da Força Aérea (MAC).

(3) Segunda Era transoceânica: transformação do SMTS

Com o fim da Guerra Fria e a vitória das forças livres (NSS, 2002:01), poucas mudanças foram sentidas no SMTS na década a seguir à queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Houve inicialmente um momento de indecisão, muito devido à incerteza e à ausência de ameaças definidas. Desta forma, a década de 90 caracterizou-se por uma relativa cautela em relação à postura militar global a adoptar (Krepinevich e Work, 2007: 137).

¹⁵ A MOB é uma infra-estrutura militar estratégica de apoio às forças projectadas fora do CONUS. A FOB é também uma infra-estrutura militar mas esta é mais pequena e apoia operações de nível tático.



As operações realizadas no Kosovo demonstraram que o SMTS necessitava de ser reavaliado. Depois de tirar algumas ilações desta operação, o então Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Shinseki, declarou que “ as unidades pesadas devem ter uma maior mobilidade estratégica e ser mais ágeis com uma menor pegada logística e as forças ligeiras devem ser mais letais, ter maior sobrevivência e maior mobilidade táctica. Alcançar este paradigma irá exigir um pensamento inovador sobre a estrutura, um esforço de modernização e gastos”¹⁶.

Mas as operações *Desert Shield/Desert Storm*, conhecidas como a primeira Guerra do Golfo, demonstraram que a actual postura (SMTS) não tinha necessidade de ser mudada de uma forma profunda. Nestas operações, as forças da coligação foram projectadas para áreas não 2A/AD (Arábia Saudita) e o tempo utilizado para o RSO-I foi influenciado pelas próprias forças e não pelas forças inimigas. Tudo levava a querer que os futuros conflitos seriam apropriados ao SMTS. Algumas melhorias foram feitas no SMTS ao nível da mobilidade estratégica das forças projectadas: desenvolvimento de navios de tipo *large, medium-speed, roll-on/roll-off ship* (LMSR)¹⁷ e de aeronaves *Globemaster III C17* (*Air Mobility Command*, 2005); o dispositivo das forças pré-posicionadas nas guarnições espalhadas pelo mundo foi reformulado (diminuição do numero de unidades do Exército na Europa) e o Exército teve de redimensionar as suas forças expedicionárias de forma a poder projectar estas unidades usando uma unidade marítima de transporte, constituída por LMSR (Klaus, 2005:10). Mas este SMTS actualizado foi optimizado para uma projecção estratégica para áreas permissivas em bases que podemos definir como *Co-operative Security Locations* (CSL)¹⁸.

Tudo muda com os ataques de 11 de Setembro de 2001. Com estes ataques, os desafios à segurança nacional ficaram mais claros e definidos no NSS de 2002 do Presidente Bush, acelerando a transformação da postura militar global dos EUA. Os EUA começam a voltar à um postura mais expedicionária (GEMMS), reduzindo o número de tropas de combate baseados fora do CONUS (O’Hanlon, 2008:22) e reconfigurando a rede de bases de operações permanentes, colmatando a diminuição de bases fora do território dos EUA com a criação de bases maiores no CONUS, no Havai e no Alasca (Rumsfeld, 2001).

¹⁶Comentário feito pelo Gen CEME Shinseki numa entrevista para a FrontLine, em 2000, sobre o futuro da Guerra.

¹⁷ Segundo o *Military Saelift Command*, o programa de LMSR aumentou a capacidade naval de mobilidade estratégica dos EUA.

¹⁸ Estas bases foram criadas com o acordo da nação hospedeira.



Esta postura expedicionária pode ser definida como conjunta, visto que as operações apoiadas pela mobilidade estratégica são conjuntas e/ou interdependentes e porque o comando primariamente responsável por esta capacidade é o US TRANSCOM que é um comando unificado de planeamento, coordenação e de comando¹⁹ cujos comandos de execução são os três comandos dos ramos: o *Military Surface deployment and distribution command* (SDDC), o *Military Sealift command* (MSC) e o *Airlift Mobility Command* (AMC).

c. Síntese Conclusiva

Este capítulo visou responder às QD 1 e 2 – “**Como é entendida a mobilidade estratégica nos EUA?**” e “**Como evoluiu a mobilidade estratégica nos EUA desde de 1890 até aos nossos dias?**”. De seguida, é apresentado o resumo da evolução ocorrida nas variáveis do nosso modelo de análise.

A mobilidade estratégica de forças militares é entendida como uma capacidade essencial da postura militar global dos EUA para concentrar forças de uma forma mais célere que o adversário e aplicar o seu poder militar a distancias intercontinentais, nos pontos onde estão os interesses importantes da nação.

A Estratégia de Segurança Nacional, aplicada na era oceânica entre 1890 e 1946, obrigou os EUA a investir numa política global para proteger os seus interesses económicos e regionais. Foram seguidas as teorias populares do Almirante Mahan e construída uma Marinha que permitiu aos EUA ser uma potência naval a fim de poder controlar o continente americano e proteger os seus interesses importantes. Para atingir este desiderato, foi concebido o *Global Expeditionary Movement and Maneuver System* que é caracterizado por uma Marinha e um Exército expedicionários regionalmente fortes, bases no litoral do CONUS, junto às Caraíbas e ao Pacífico e, principalmente na 2ª Guerra Mundial, por um acesso incerto ao TO.

A Estratégia de Segurança Nacional, aplicada na era transoceânica entre 1947 e 1988, legitima a intervenção dos EUA nos assuntos globais. A doutrina de Truman de contenção do comunismo e da URSS obriga esta potência global a investir num novo sistema, o *Strategic Military Transportation System*. Este tipo de mobilidade estratégica de forças militares é caracterizado por uma presença conjunta, global e robusta, baseada numa rede de bases militares permanentes e externas ao CONUS que permitia um acesso

¹⁹ Esta relação de comando faz que este TRANSCOM seja diferente do que existia durante a primeira Era transoceânica.



permissivo às zonas de intervenção.

O SMTS tem sido transformado durante a segunda era transoceânica, entre 1999 e os dias de hoje. Com o fim da Guerra Fria e a doutrina Bush, em respostas aos ataques de 11 de Setembro de 2001, a Estratégia de Segurança Nacional acelera esta transformação. Os EUA voltam à sua postura expedicionária da era oceânica, reduzindo a rede de bases fora do CONUS e aumentando a capacidade de projecção das forças militares.



3. ANÁLISE COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE MOBILIDADE ESTRATÉGICA NOS EUA

Após esboçar as linhas gerais dos conceitos e os antecedentes históricos da mobilidade estratégica de forças expedicionárias na postura militar global dos EUA, podemos, de uma forma simplificada, dizer que existem dois tipos principais de mobilidade estratégica de forças militares. Tratam-se, basicamente, do GEMMS, que prevê um acesso incerto, e do SMTS, que pressupõe um acesso garantido. Antes de abordar especificamente o actual paradigma militar nos EUA no capítulo quatro, estabeleceremos, neste capítulo, as vantagens e desvantagens destes dois sistemas.

a. Vantagens

(1) GEMMS

O GEMMS não se apoia, no seu conceito, em unidades exteriores ao CONUS. Este sistema necessita, para projectar as forças expedicionárias, de meios eficientes para apoiar a manobra operacional, constituída por movimentos intra-teatro, a distâncias estratégicas (conceito do Exército) e/ou a partir do mar (conceito dos Fuzileiros). Este facto permite diminuir a presença permanente das forças dos EUA fora do CONUS (*the footprint of US forces*) e diminuir a necessidade de acordos bilaterais ou multilaterais para adquirir a devida (legal) autorização para o uso das infra-estruturas de um dito país limítrofe da região onde se verifica a ameaça (Krepinevich e Work, 2007:166). A situação actual da base americana de Guatanamo, em Cuba, e aquela que ocorreu durante a ocupação de uma base na Macedónia, durante a operação “*Allied Force*” no Kosovo²⁰ (Lambeth, 2002), são bem demonstrativas das dificuldades existentes ao nível estratégico na aquisição e manutenção destas bases. Outro factor vantajoso neste tipo de mobilidade estratégica é a rapidez na projecção da força, visto que, neste caso, não existe a necessidade de RSO-I à chegada ao TO. Esta rapidez foi sinónimo de vitória na operação “*Just Cause*” no Panamá, em Dezembro de 1989, na qual as forças de entrada inicial conquistaram os objectivos logo no início das operações.

²⁰ A situação dos refugiados kosovares na Macedónia não permitiu aos EUA projectar a sua unidade de helicópteros (TF Hawk) para este país.



(2) SMTS

O relatório do jogo da guerra feito pelo *Army After Next* ²¹ demonstra que não existe sistema mais rápido do que um que tenha forças já pré-posicionadas na região onde se preveja a existência de uma ameaça (Scales, 2003: 144). Esta afirmação demonstra que o SMTS permite garantir um dos factores mais importantes da mobilidade estratégica: a velocidade de projecção. Para além desta vantagem, este sistema permite ter uma base permanente próxima das unidades operacionais que necessitam de apoio. Esta vantagem foi aplicada, em 2001, quando foi aberta a base no Quirguistão para a operação americana contra a Al-Qaeda e os Talibãs no Afeganistão. No capítulo dois, vimos que a mobilidade estratégica permite mover um número elevado de pessoal e equipamento do continente dos EUA para o exterior. Actualmente e de futuro, a maior parte do equipamento a transportar é constituído por combustível, água, alimentos, artigos sanitários e material de construção. Por forma a aumentar a velocidade e diminuir o factor negativo do peso da logística na mobilidade estratégica, o SMTS, com a pré-posicionamento destes artigos e bases com infra-estruturas capazes para descarregar os artigos (pistas de aterragem e portos de desembarque) (Hickins, 2003:4), consegue ter uma vantagem sobre o GEMMS que só inicia as outras funções logísticas (reabastecimento, manutenção...) após estabelecer uma cabeça de ponte/praias. Ao existirem bases militares, os acordos políticos (SOFA, direitos de trânsito...) já estão estabelecidos, não havendo, desta forma, a necessidade de estabelecer acordos que revelariam as intenções dos EUA em actuar numa certa região. Esta vantagem é actualmente plenamente aplicada pelos EUA com 716 bases em mais de 38 países (FY, 2009: 77-94). Outra vantagem advém do facto que o SMTS é adequado para os acessos às áreas permissivas e assim não exige que haja uma força expedicionária de tipo *Forcible Entry forces*.

b. Inconvenientes

(1) GEMMS

Quanto ao GEMMS, este sistema implica um maior esforço dos EUA no apoio à manobra das forças expedicionárias. Neste caso, para além da tarefa primária de movimentar as forças para o teatro de operações (TO), este sistema obriga os planeadores a colocar as forças no TO prontas para o combate. Esta obrigação sugere que existam: uma

²¹ O jogo da guerra do *Army After Next* oferece um espaço estruturado para a discussão de questões relativas à segurança nacional associada à natureza da guerra na primeira metade do século XXI (*Army After Next*, 1998:01).



força anfíbia e uma força aeromóvel capazes de se mover a distâncias intercontinentais e entrar em áreas não permissivas; uma logística capaz de apoiar estas forças a distâncias intercontinentais; e plataformas aéreas e navais capazes de transportar num número mínimo de levadas e de apoiar estas forças durante um longo período.

O primeiro inconveniente advém do número de plataformas necessárias para transportar estas forças, por exemplo no ataque a Okinawa, em 1945, foram necessários mais de 1200 navios e transitaram mais de 600 aviões por mês pelo Açores no ano de 1944. Para além disso, as plataformas (LMRS, Porta aviões, docas móveis...) que apoiam este sistema, são dispendiosas, tanto na aquisição como na utilização, o que vai encarecendo ainda mais com o tempo de permanência fora das bases de apoio.

Outro inconveniente é o facto das plataformas necessárias para a sustentação da força à distância estratégica necessitarem de APOD/SPOD com condições para descarregar os vários artigos. A falta destes POD foi bem patente durante a batalha das Ilhas Marshall, em Fevereiro de 1944: para fazer face a esta necessidade, a Marinha dos EUA teve de se dotar de docas móveis conhecidas por *Advanced Base Sectional Dock*. As forças expedicionárias usadas neste tipo de sistema, tendo em atenção que a velocidade é importante para diminuir o tempo de resposta da possível ameaça e, concomitantemente, o peso logístico, são principalmente de tipo ligeiro (Scales, 2003:143). Mas este facto apresenta logo uma possível limitação: estas forças têm uma protecção relativa, com pouca blindagem. Quando se fala destas forças, vêm-nos logo à ideia os desembarques de forças de fuzileiros nas batalhas de Midway em Junho de 1942 e de Guadalcanal em Agosto de 1942.

Por último, este sistema necessita que sejam estabelecidos acordos de direitos de trânsito ou de sobrevoo de aeronaves de transporte, de combate e de reabastecimento, ficando desta forma dependente de outras nações. Ora estes acordos de sobrevoo poderão não ser de fácil obtenção, veja-se o caso do ataque punitivo à Líbia, em 1986, que sofreu a interdição de sobrevoo por parte de países como a Alemanha, Espanha, França e Itália.

(2) SMTS

Como foi visto nos antecedentes históricos, o SMTS é apropriado para movimentar tropas para áreas permissivas e apoia-se em MOB e/ou FOB (já ou não ocupadas). Contudo, a segunda era transoceânica mostrou, tanto ao nível diplomático como ao nível militar, que existe um aumento da indecisão quanto às futuras bases fora do CONUS e se as áreas serão tão permissivas como idealizado pelos planeadores. O relatório da DSB Task Force sobre a mobilidade estratégica durante a operação *Desert Shield/Storm*, em 1991 na



Guerra do Golfo, demonstra que, se as forças Iraquianas tivessem usadas as suas armas estratégicas para atacar os dois SPOD e os cinco APOD utilizados pela coligação, o apoio logístico teria sido muito mais difícil, dificultando dessa forma a entradas das forças da ONU (Klaus, 2005:08).

O SMTS não parece adequado, sem uma prévia mudança do próprio sistema, para projectar forças militares em áreas onde não existe uma estrutura básica de apoio. Por ser um sistema que necessita, por um lado de acordos políticos²² com países amigos para estabelecer as normas quando da presença das forças destacadas, do acesso e do uso das bases (o caso da negação do uso das bases militares em território Turco durante a Guerra do Iraque de 2003) e, por outro lado, de uma estrutura logística pesada, o SMTS demonstrou nos últimos conflitos não conseguir movimentar tropas de um TO para outro de uma forma rápida (Shinseki, 2000). Por forma a obter o apoio dos poderes regionais, a administração de Bush necessitou de perto de um mês para poder actuar no Afeganistão (Scales, 2003:102). Toda a tramitação política permite dar tempo suficiente a uma potencial ameaça, ao pré-posicionamento das suas forças, para impedir a projecção de forças dos EUA. Na perspectiva logística, o pré-posicionamento não vem resolver um problema antigo: devido ao tamanho e peso dos stocks, continua a ser muito difícil movimentá-los para outras regiões do mundo (Hickins, 2003:05).

Outro inconveniente deste sistema é o conhecimento prévio das bases utilizadas pelos EUA e normalmente estas encontram-se à mercê das armas de longo alcance (Cambridge Institute, 1997). Assim, estas estruturas físicas e as forças ficam numa posição vulnerável a ataques por armas de precisão e armas de destruição maciça (Scales, 2003:102).

c. Síntese Conclusiva

Este capítulo visa responder à QD 3 – “**Quais as vantagens e inconvenientes dos conceitos de GEMMS e de SMTS numa Era de Operações Conjuntas de âmbito expedicionário?**”. De seguida, tendendo obter esta resposta, é apresentado o resumo da evolução ocorrida nas diversas variáveis do nosso modelo de análise.

Quanto às vantagens, o GEMMS permite diminuir a presença permanente de forças militares fora do CONUS, a necessidade de acordos com países parceiros e o tempo de projecção da força militar por dispensar o RSO-I. Este sistema também permite colocar

²² Estes acordos estão transcritos nos *Status-of-Forces Agreements* (SOFA) da força.



uma força pronta para o combate no TO num ambiente não permissivo. O SMTS permite pré-posicionar os meios na região onde se prevê uma ameaça, ter uma base permanente de apoio junto da força a apoiar e ter os contratos de utilização e de direitos de trânsito pré-acordados.

Quanto aos inconvenientes, O GEMMS, para poder projectar uma força pronta para o combate, necessita de um maior número de meios de apoio, ou mais capazes, para projectar a força militar num número mínimo de levadas. Este sistema necessita de POD de apoios para estabelecer uma cabeça de ponte/praias. Por forma a diminuir o peso logístico, a força expedicionária deve ser de tipo ligeiro e que, por este facto, a sua blindagem ser substancialmente menor. Este sistema também necessita de acordos de direitos de trânsito ou de sobrevoo o que, neste caso, põe os EUA dependentes de outros Estados e numa posição reveladora das suas intenções. O SMTS é adequado para ambientes de acesso permissivo e é baseado numa rede de bases fora do CONUS. Esta rede tem por desvantagem o facto de ser um alvo potencial das armas de precisão e de destruição maciça da ameaça. O SMTS permite colocar meios de apoio logístico perto das regiões onde se estima existir uma ameaça. Este pré-posicionamento de artigos pesados e volumosos acarreta dificuldades se houver necessidade de os mudar para uma outra posição.



4. A ACTUALIDADE- O PARADIGMA MILITAR DOS EUA

De forma a definir, no capítulo cinco, um sistema mais adequado para a actualidade dos EUA, é essencial caracterizar a situação militar numa era de operações conjuntas de âmbito expedicionário. O que se deseja obter com este capítulo é uma abordagem compreensiva do futuro ambiente estratégico e uma definição dos objectivos de força (variáveis do modelo de análise) associados, fruto dos últimos conceitos estratégicos da administração de Obama e assim dar uma resposta à QD 4: **“Quais são os desafios para as forças expedicionárias dos EUA atendendo ao ambiente internacional em que elas operam?”**

Neste capítulo teremos em conta a Estratégia de Segurança Nacional (NSS) do Supremo Comandante das Forças Armadas de 2010, a revisão Quadrienal da Estratégia de Defesa (QDR) do Ministro da Defesa de 2010²³ e a Estratégia Militar Nacional (NMS) e a Directiva Orientadora do GEN CJCS.

A NSS de Obama define quatros pilares, como sendo os interesses importantes dos EUA: a segurança, a prosperidade, os valores dos EUA e a ordem internacional. Estes interesses estão interligados entre si e são essenciais para a prossecução da liderança dos EUA e da sua segurança (NSS, 2010: 17). Este documento afirma que o poder militar não é o único garante da segurança nacional. Há também a diplomacia, a assistência económica, a ajuda ao desenvolvimento, a segurança do território nacional e a educação. Estes componentes vão ser aplicados em todo o globo por forma a eliminar as condições que alimentam os extremismos e que criam as actuais ameaças. A diplomacia é vista pelo presidente como tão importante como a Defesa. É a teoria do *“Comprehensive engagement”* que preconiza a procura de parceiros internacionais (G8, ONU, NATO, Ásia oriental...) e o isolamento dos governos adversários (NSS, 2010:14). Mas, para garantir a salvaguarda dos interesses dos EUA, a obtenção de boas informações é essencial (NSS, 2010: 15). O documento evidencia o uso da força de uma forma unilateral para garantir a sua segurança e os seus interesses. Mas sempre que possível, todas as opções deverão ser esgotadas antes de se entrar em guerra (NSS, 2010: 22).

²³ Neste trabalho, não foi considerado o conceito Estratégico de Defesa Nacional (NDS) de GATES por ser de 2008. Este conceito estabelece os objectivos abrangentes de Defesa e dá as orientações para a Estratégia Nacional Militar. Este conceito exige que o planeamento seja baseado em capacidades de forma a equilibrar as capacidades de curto prazo com as exigências a longo prazo. Fornece a sua visão global sobre os riscos estratégicos. As áreas identificadas no NDS como relevantes para a futura postura militar global incluem o reforço das informações, proteger as linhas de comunicação, operar livremente nas áreas internacionais, proteger e sustentar as forças destacadas dos EUA à grandes distâncias e em áreas do tipo anti-acesso (*Strategic Plan US TRANSCOM*, 2011:2).



A QDR de Gates identifica seis missões fundamentais para as Forças Armadas: A defesa do CONUS e das instituições dos EUA; a contra-subversão (COIN), operações de estabilização e de contra-terrorismo; o reforço das capacidades dos países parceiros; a dissuasão e a derrota das tentativas hostis de interdição dos acessos às zonas marítimas, às zonas aéreas e ao espaço que tenham sido identificadas como zonas cruciais para a segurança nacional e internacional; a luta contra a proliferação de armas de destruição maciça e a eficácia no ciberespaço (Tourreille, 2010:2). A QDR aponta como níveis de ambição, no curto prazo, ser capaz de derrotar um agressor regional; no médio e longo prazo, ser capaz de conduzir uma série de múltiplas missões em simultâneo²⁴.

A NMS do Almirante Mullen fornece a forma e os meios (uma visão e uma intenção) para cumprir com as missões supracitadas. Desta forma, foram definidos quatro objectivos para as Forças Armadas: Combater o extremismo violento; deter e derrotar toda e qualquer agressão; reforçar a segurança regional e internacional e moldar a futura força (NMS, 2011)

a. A era de operações conjuntas de âmbito expedicionário

Da leitura dos últimos documentos que definem a estratégia dos EUA, podemos concluir que os EUA continuam a ter a percepção de serem o poder predominante no mundo, mesmo tendo consciência da influência de estados em ascensão e de outros actores não estatais. A distribuição de poder indica uma evolução de um mundo onde se confrontavam dois blocos para um mundo multipolar caracterizado pela rápidas mudanças de cenários, as coligações de interesse com base na diplomacia, no poder militar e no poder económico. Existem potências globais e regionais, que exibem nacionalismo e assertividade, que poderão testar a resiliência dos parceiros dos EUA e da própria liderança dos EUA. Todos os documentos enquadrantes da estratégia dos EUA demonstram a preocupação dos EUA com a região da Ásia. Existem, na Ásia, dois poderes globais emergentes e um número substancial de poderes regionais. O médio oriente apresenta uma série de países com possibilidades de serem poderes regionais (NMS, 2011:2).

²⁴ Na *Factsheet* do QDR, disponível no sítio da internet do Ministério da Defesa, as FAA devem se preparar para ser capazes de conduzir: uma operação de estabilização e uma operação de grande envergadura para derrotar um agressor regional altamente capaz e apoiar as autoridades civis dentro do CONUS; **ou** derrotar dois agressores regionais e manter uma postura de alerta máxima dentro e a volta do CONUS; **ou** uma operação de estabilização e uma operação de dissuasão regional de longa duração e uma operação de tipo COIN e apoiar as autoridades civis dentro do CONUS.



Esta dinâmica na Ásia e no Médio Oriente pode afectar a estabilidade regional. O crescimento populacional e das cidades nas regiões de África, do médio oriente e da Ásia contribuirá para o aumento da escassez de água e poderá ser fonte de conflitos.

O crescimento económico da China apresenta-se como uma preocupação para os EUA. Este crescimento vai facilitar a modernização do Exército de Libertação Popular e a expansão dos seus interesses dentro e fora da Ásia. Outros países da Ásia também estão-se a tornar mais capazes militarmente e mais prósperos. Estes estados vão pretender desta forma controlar uma maior parcela dos recursos de hidrocarbonetos. Esta nova situação militar e económica leva os EUA a pensar que poderá haver uma sobreposição entre disputas territoriais e obtenção dos escassos recursos energéticos (NMS, 2011:13).

A redução das despesas de defesa dos parceiros dos EUA é vista como um impacto negativo na segurança colectiva. Mesmo assim a OTAN continua a ser a aliança mais credível (CJCS *Guidance*, 2011).

Mas a maior ameaça é um ataque nuclear perpetrado por um grupo terrorista (Woorward, 2010:223). Para responder a esta ameaça, os EUA devem estar preparados para conduzir uma guerra de longa duração e não podem ignorar os estados hostis que pretende adquirir armas de destruição maciça ou apoiar regimes terroristas (NSS, 2010: 20 e 23). Por exemplo, Obama preconiza uma aproximação diplomática ao Irão na região do médio oriente e a Coreia do Norte na Ásia, ameaçando estes dois Estados de isolamento se eles não pararem com os respectivos programas nucleares (NSS, 2010:23).

Actualmente, estamos a presenciar um aumento da contestação por Estados e actores não estatais quanto à liberdade de movimento dentro das áreas comuns e internacionais (no mar, no ar, na espaço e no ciberespaço). Alguns actores não estatais tais como os grupos terroristas e as organizações criminosas, encontram nestas áreas os seus interesses. Alguns estados estão a desenvolver capacidades 2A/AD (mísseis, UAV...) e estratégias para limitar a liberdade de acção internacional e, em particular, a dos EUA. Estas capacidades e estas estratégias são ameaças directas à capacidade dos EUA de projectar poder e aumenta o risco estratégico quando da utilização por estes da sua mobilidade estratégica (NMS, 2011).

A existência de estados com governos fracos, em particular em África e junto ao Médio Oriente, permite aos grupos com ideologias extremistas (Al Qaeda) ou com interesses criminais de usar os seus territórios como santuários e áreas de actuação (CJCS *Guidance*, 2011). Esta situação gera conflito e põe em perigo a estabilidade regional. Estes



grupos representam um desafio à capacidade dos estados cumpridores do sistema internacional em responder.

Tendo destacado os temas recorrentes e relevantes que definem a era actual, podemos dizer que a realidade do envolvimento dos EUA em operações é globalmente dispersa; os compromissos são a longo termo e estão em locais distantes do CONUS; a necessidade de capacidade de projecção é real e esta capacidade deverá ser ágil e rápida e por fim o planeamento e execução ao nível estratégico deverão partir da premissa que as forças dos EUA não vão combater só num teatro de operações (*Strategic Plan US TRANSCOM*, 2011:5).

b. Níveis de ambição do conceito estratégico dos EUA de 2010

Para definir os objectivos e as orientações estratégicas que irão desenhar, no próximo capítulo, o sistema mais adequado à mobilidade estratégica de forças expedicionárias, analisámos o NSS, o QDR e, principalmente, o NMS, por ser o documento onde temos a forma e os meios (*Ways and Means*) para alcançar os objectivos atribuídos ao vector militar.

Os objectivos estão definidos pelo combate à violência extremista; deter e derrotar as agressões; fortalecer a segurança regional e internacional; e moldar as futuras forças. Tendo em atenção os objectivos, o Almirante Mullen declara: “ Em conjunto com o esforço da diplomacia dos EUA, iremos procurar evitar a tensão que leva ao conflito. Isto requer das forças conjuntas dos EUA que possuam o alcance, a determinação e a capacidade de projectar poder militar decisivo” (NMS, 2011:5).

(1) Combater a violência extremista

Um dos objectivos estratégicos do NSS é perturbar, dismantelar e derrotar a Al Qaeda e os seus seguidores no Afeganistão e no Paquistão. Para obterem sucesso, os EUA devem cooperar com a OTAN, os países da coligação, o Afeganistão e o Paquistão. Mas a ameaça do extremismo violento não se encontra unicamente na Ásia. Também foram identificados grupos próximos da Al Qaeda no Médio Oriente, no Magrebe Islâmico²⁵, na Somália, no Iémen e noutros locais do globo. Os EUA pretendem encontrar, capturar ou liquidar os extremistas sempre que estes representarem uma ameaça aos interesses e aos cidadãos dos EUA e dos aliados. Mas estas acções não são decisivas, os EUA vão fortalecer e expandir a sua rede de parcerias de forma a melhorar a segurança e assim

²⁵ Estes grupos da Al Qaeda são conhecidos por Al-Shabaab e Lashkar-e-Tayyiba.



reduzir as áreas de implementação de santuários. A condução desta difícil campanha obriga as forças dos EUA a estarem em vários teatros de operações em simultâneo e a serem de vários tipos, como por exemplo, serem de tipo especial e expedicionário.

(2) Deter e derrotar as agressões

Impedir os conflitos é muito mais importante que os vencer, e menos dispendioso (NMS, 2011:7). Por forma a manter um ambiente de paz, propício ao comércio e ao mercado livre, as Forças Armadas, se possível com os seus aliados e parceiros, devem estar preparadas, para deter e derrotar toda e qualquer agressão regional que ameace os interesses nacionais. Assim, os EUA devem dispor de uma força de dissuasão do tipo convencional e robusto. Esta dissuasão é garantida pela capacidade de projectar as suas forças de forma rápida e para qualquer parte do globo. O poder militar, baseado num sistema de rotação de forças e de infra-estruturas com base fora do CONUS, deve ser distribuído geograficamente, ser operacionalmente flexível, e ser politicamente sustentado através de acordos com os parceiros. Mas o “*Core Business*” das Forças Armadas continua a ser o de vencer as guerras decretadas pelos políticos. Estas guerras poderão ser necessárias para garantir a defesa dos EUA e dos seus aliados ou para preservar a segurança e a paz global. A NSS estabelece o uso da força de uma forma unilateral para garantir a segurança dos EUA, se tal for necessário. Sempre que possível, todas as opções deverão ser esgotadas antes de se entrar em guerra (NSS, 2010:22). Este tipo de conflito requer das forças militares a capacidade de combater actores internacionais que usam tácticas de 2A/AD em áreas internacionais (mar, espaço e ciberespaço) (QDR, 2010:viii). Para tanto, torna-se essencial ter capacidade de mobilidade estratégica com meios de projecção das várias componentes (naval, terrestre e aérea). Estas forças devem ser forças de tipo *Joint Forcible Entry*, ter a capacidade de garantir o livre acesso às áreas internacionais e ter a capacidade de combater e derrotar os adversários (NMS, 2011:9). Concomitantemente, torna-se essencial ter uma perfeita noção da localização de possíveis adversários e dos possíveis locais de actuação em todo o globo.

(3) Fortalecer a segurança regional e internacional

Por ser uma potência mundial, os interesses dos EUA estão interligados com a segurança e estabilidade do sistema internacional, o qual se caracteriza como um sistema multinacional de alianças, de parcerias e de instituições. O dispositivo, o potencial e a prontidão das forças dos EUA formam a actual postura de defesa global que permite aos EUA liderar os esforços para fortalecer a segurança em todas as regiões (NMS, 2011:10). Esta afirmação exige que as forças militares estejam globalmente disponíveis e sejam



capazes de integrar novas capacidades em conformidade com as várias missões, as quais mudam rapidamente de forma e/ou de teatro de operações. Para isso e com o apoio dos seus parceiros, os EUA vão manter a sua presença nos pontos de acesso às áreas internacionais, em bases permanentes, portos e aeroportos consentâneos com a salvaguarda dos interesses económicos e de segurança em todo o mundo (NMS, 2011:10). O Almirante Mullen referencia a postura militar global como a forma “...mais poderosa de compromisso e que dá profundidade estratégica em vários domínios e regiões”. As regiões identificadas na NMS demonstram de forma clara a presença global das forças militares ligada à segurança mundial: América do Norte (em particular com o México e o Canada); Caraíbas, América Central e do Sul (em particular, o Brasil e o Conselho de Defesa da América do Sul); Médio Oriente (Iraque); África (Somália, Sahel, corno de África e a União Africana); Europa (Rússia, a periferia da Europa (Médio Oriente, Balcãs, Cáucaso e África do Norte) e OTAN); Ásia e Pacífico (Japão, a Coreia do Sul e a Coreia do Norte, Austrália, Filipinas, Tailândia, Vietnam, Malásia, Paquistão, Indonésia, Singapura, China, Taiwan e a ASEAN).

(4) Moldar as futuras forças

Para cumprir com o seu conceito estratégico, os EUA deverão encontrar soluções inovadoras e os recursos necessários para a aquisição de capacidades. Esta situação obriga os EUA a encontrar um equilíbrio entre a modernização das forças, a aquisição de novas capacidades, a manutenção de uma postura militar global e o risco latente. Os EUA, tal como os outros países, estão a enfrentar dificuldades económicas e esta situação obriga a uma contenção orçamental. Desta forma, As FAA devem ajustar-se de forma a não serem uma força vazia, sem disponibilidade, sem treino e sem equipamentos modernos. Por outro lado, os EUA têm como prioridade a manutenção da sua superioridade tecnológica e a garantia de uma estrutura industrial capaz de fornecer as capacidades essenciais necessárias para as forças militares poderem vencer em qualquer continente (NMS, 2011: 18). A prontidão é definida como o elemento que consegue fornecer e integrar, de forma eficaz, as capacidades exigidas pelos comandantes para executar as suas missões. Para esse efeito, os EUA irão realizar mais exercícios e treinos conjuntos, combinados e multinacionais. A presença global, a diminuição dos efectivos fora do CONUS e o envolvimento dos EUA terão uma maior importância nos próximos anos e isto obriga a que haja uma rotação sustentável das forças destacadas fora do CONUS (QDR, 2010: vii).



5. A FUTURA MOBILIDADE ESTRATÉGICA DOS EUA

Este capítulo pretende caracterizar quais os elementos essenciais no que diz respeito à constituição de um sistema de mobilidade estratégica de forças militares, no sentido de encontrar uma tendência que permita responder aos objectivos estratégicos e ao ambiente estratégico actual e de definir outros factores que se julgam estarem relacionados ou interdependentes com este sistema.

a. GEMMS e/ou SMTS

A apresentação dos objectivos estratégicos e do ambiente estratégico, no capítulo anterior, demonstrou que as forças militares conjuntas e expedicionárias têm e terão um papel crucial num mundo incerto onde a ameaça tem por objectivo atacar directamente ou indirectamente a estabilidade política e económica dos EUA e dos seus aliados. Essas forças (pré-posicionadas, destacadas ou as unidades no CONUS) deverão ter uma capacidade expedicionária para todo o espectro de operações, que evidencie força tanto para prevenir como para vencer uma guerra. No médio prazo as forças deverão ter a capacidade de combater num conflito armado de tipo convencional ou numa série de guerras de contra-subversão. Por ser um ambiente incerto, todos os factores essenciais para um planeamento estratégico são difíceis de definir. Podemos definir como factores essenciais a forma, a localização e o nível de empenhamento, a contribuição dos aliados e a caracterização do inimigo. Estas indefinições tornam difícil poder sugerir qual será o sistema mais adequado para responder aos desideratos do conceito estratégico dos EUA. Mas, em conformidade com os conceitos estratégicos, podemos prever que estas forças vão continuar, a longo prazo, a combater os extremistas e os seus apoiantes, que são, em alguns casos, os Estados, de forma a defender os interesses vitais dos EUA. Ora, a maior parte desta ameaça encontra-se fora do CONUS e para além de dois grandes oceanos. Deste modo, o sistema de mobilidade estratégica de forças deverá ter sempre em atenção dois factores: a logística e o acesso (Mattis, 2008: 44). Quanto à logística, a necessidade de abastecimento das forças projectadas em combustível, munições e reabastecimento, e a sua relação com os meios de transporte necessários e o peso e volume dos abastecimentos, obriga a que haja um pré-posicionamento e não um planeamento baseado na teoria do *just in time*. Este pré-posicionamento obriga ao planeamento do segundo vector, o acesso, que é a resultante da combinação de dois subvectores de desenvolvimento do sistema de mobilidade: o controlo das linhas de comunicação baseadas nas áreas internacionais livres



e o uso dos pontos de RSO-I. O controlo do mar e do ar foi um factor essencial na capacidade de mobilidade estratégica dos EUA nas últimas décadas. Este controlo das áreas internacionais livres, que hoje em dia engloba também o do espaço e o do ciberespaço, é hoje em dia vital (NMS, 2011:18). O uso dos pontos de RSO-I que estarão localizados em países amigos deverá garantir a sustentação de uma força durante um período longo (ME-20-81-00, 2010:24). Esta solução obriga a que haja uma rede legal de acordos com países amigos, do tipo *Memorandum of Understanding* (MOU) que permita criar *Cooperative Security Locations* (CSL) e *Forward Operating Sites* (FOS), e que haja, em alternativa a esta rede legal, uma capacidade coerciva permanente, móvel e global, as *Mobile Sea Bases*. Como foi visto no capítulo anterior, tudo indica que a futura ameaça poderá ter a capacidade de 2A/AD. Esta situação obriga a que o sistema de mobilidade tenha ao seu dispor a capacidade²⁶ adequada para fazer face a esse tipo de ameaça que se poderá revelar tanto em terra, como no espaço e no ciberespaço. Assim, o sistema deverá garantir, para além do livre movimento pelo globo (acesso aos pontos de RSO-I e controlo das LoC), a livre utilização das bases em áreas próximas da ameaça (mas fora do alcance das armas de 2A/AD).

De forma a concretizar os objectivos estratégicos num ambiente estratégico incerto, o sistema de mobilidade estratégica de forças militares deverá ter meios robustos para pré-posicionar e para movimentar as forças. Esta exigência requer uma informação clara acerca das infra-estruturas (bases fixas, entrepostos...) e das plataformas (aéreas, marítimas...) disponíveis, tanto dos EUA como dos aliados. Ao contrário da postura dos EUA na Guerra Fria, a postura militar global é caracterizada por bases de apoio de tamanho reduzido e exteriores ao CONUS e de forças de fácil projecção, vindas do CONUS ou de outra parte do mundo. O sistema deverá fazer face à contingência de ter de apoiar mais do que uma operação em simultâneo e num ambiente permissivo ou não. O sistema necessita assim de coordenar e integrar as suas actividades em locais dispersos pelo mundo e com parceiros multinacionais. Tudo indica que as áreas onde as forças dos EUA vão estar envolvidas não têm as infra-estruturas essenciais necessárias para o tipo de forças projectadas (SPOD, APOD, estradas...). Desta forma, os meios aéreos e marítimos de projecção deverão ter a capacidade de colocar os recursos em locais de difícil acesso e/ou ter a capacidade de construir uma infra-estrutura com capacidade RSO-I. A redução dos efectivos em bases permanentes fora do CONUS e o aumento da presença militar, em exercícios e missões

²⁶ Ter a capacidade de conquistar uma cabeça de ponte aérea ou de praia é apontada como a fase crítica do início de uma operação.



multinacionais, combinadas e conjuntas, por todo o mundo, obrigam a agilizar uma solução baseada em forças expedicionárias estacionadas no CONUS. Mas projectar uma força pronta para o combate para longas distâncias, requer um esforço considerável.

Como foi visto anteriormente, o sistema utilizado actualmente pelos EUA é uma evolução do SMTS. Mas tendo em atenção os elementos supracitados (ambiente não permissivo, diminuição de número de bases por razões economicistas...), torna-se plausível sugerir que o regresso a um sistema do tipo GEMMS é a solução mais adequada. Este regresso não será uma novidade, já que em toda a história dos EUA, este tipo de mobilidade estratégica foi sempre o sistema escolhido pelos EUA, com excepção do período da Guerra Fria. Mas esta solução, já sugerida pela administração anterior, na última QDR de 2006 feita por Rumsfeld²⁷, tem de ser adequada aos actuais objectivos estratégicos e ao ambiente operacional que diferem, em muito, dos anteriores. Tendo em atenção tudo o que foi apresentado anteriormente, pode-se sugerir que a melhor solução é uma combinação dos dois tipos de mobilidade estratégica de forças militares (GEMMS e SMTS), mas haverá que ter em atenção o seguinte:

Para combater a violência extremista, o novo sistema deve apoiar-se numa rede de bases de dimensões reduzidas (FOS ou CSL). A dimensão reduzida advém do facto que tudo indica que essas bases terão de ter capacidade para apoiar uma força relativamente pequena²⁸, já que no futuro, não se vislumbra que os grupos radicais tenham grandes efectivos. Mas esta rede deverá ser global de forma a poder responder a essa ameaça global. Estas bases podem localizar-se em áreas austeras ou não, como as *Mobile Sea Bases*. Como referido anteriormente, os grupos radicais encontram-se em territórios onde os governos locais não têm um poder efectivo. Assim, tudo indica que a maior parte destas bases devem estar localizadas perto ou no interior dessas áreas e deverão ter uma capacidade de RSO-I sem o apoio logístico da nação hospedeira.

Para deter e derrotar as possíveis agressões são essenciais boas informações. Para além disso, é essencial explorar de uma forma célere os produtos das informações que, por vezes, são efémeros (reuniões de chefes da subversão, entrega de armas de destruição maciça...). Deste modo, é fundamental, em primeiro lugar, ter uma força com capacidade para ser rapidamente projectada a grandes distâncias e, em segundo lugar, possuir os meios

²⁷ O QDR contém ideias importantes ligadas ao GEMMS para implementar: aquisição de mais drones do tipo Predator e Hawk, converter os Submarinos da classe Trident em plataforma de lançamento de mísseis convencionais, modernizar os B-1 e B-52 para atacar a longas distâncias e reestruturar o Exército por forma a ter unidades de combate de escalão brigada flexíveis e auto-sustentadas (Slate, 2006);

²⁸ Em 2001, no Afeganistão, a primeira força no TO, TF Dagger, tinha pouco mais de 200 homens (Kugler, 2007:8).



para colocar essa força o mais próximo possível do objectivo. Para diminuir as distâncias, as forças poderão apoiar-se em *Mobile Sea Bases*, CSL ou FOS.

Outro aspecto a considerar para o novo sistema, é a possibilidade de não haver um acordo para a utilização de algumas destas bases de apoio. Nesta situação, o sistema deverá aproximar-se do GEMMS: utilizar bases no CONUS para aprontar as forças expedicionárias e as FOS mais próximas da ameaça ou *Mobile Sea Bases* para realizar o RSO-I, tudo combinado, com forças das *Global Attack Forces*, com alcances intercontinentais, de forma a actuar prontamente.

Forças de tamanho reduzido como, por exemplo, as forças especiais das *Global Attack Forces* não vão ser suficientes para fazer face às ameaças do ambiente estratégico actual. A subversão verificada no Iraque e no Afeganistão tem uma dimensão que sugere que as forças deverão ser de um escalão superior ou igual a Brigada (Kugler, 2007: 6). Mas os grupos extremistas não são as únicas ameaças. De facto, outros actores internacionais podem adquirir meios para agredir os EUA e os seus aliados. Ora um desses actores poderá ser um Estado de direito. Estes dois últimos factos obrigam à projecção de uma força bem maior (*Forward-Based Forces*, *Forward-Deployed forces* ou *Forcible Entry Forces*) para uma base com uma estrutura bem mais robusta que as primeiras (maiores FOB ou MOB), oriundas do SMTS. Estas bases também vão permitir atingir, a longo prazo, o objectivo de fortalecer a segurança regional e internacional. Mesmo havendo gastos elevados para manter este dispositivo essencial para a mobilidade estratégica, hoje em dia ainda não foi vislumbrada uma solução para substituir as bases de apoio. As *Mobile Sea Bases* poderão ser vistas como um complemento da organização da rede de bases, permitindo ultrapassar algum problema de ordem político-legal, mas nunca poderão substituir por completo a rede global de bases numa situação de guerra prolongada ou numa operação de grande envergadura. Esta rede de bases permite também dar resposta à dificuldade existente de ter autorizações temporárias de utilizações de infra-estruturas ou de sobrevoos num determinado país. Não se prevendo qualquer aumento desta rede (por razões de custos e de pessoal), a rede de bases de apoio que advém do SMTS deverá ser mantida no novo sistema de mobilidade estratégica de forças militares na era de operações conjuntas de âmbito expedicionário.

As características do sistema de mobilidade estratégica de forças militares, apresentadas anteriormente, exigem um empenhamento (esforço) de todos os vectores do poder dos EUA (político, militar, económico e civil) e apresentam vulnerabilidades intrínsecas. Podemos interrogar, neste ponto do trabalho e tendo em atenção essas



fraquezas, se não será viável pensar-se estarem as forças expedicionárias numa situação de fim de vida.

b. Fim das forças expedicionárias

Como foi visto nos capítulos anteriores, esta postura expedicionária adoptada pelos EUA, que implica necessariamente operações complexas, apresenta algumas vulnerabilidades. Estas fraquezas advêm principalmente da estratégia 2A/AD (*US Air University*, 2010). Esta estratégia é, antes de tudo, defensiva e destina-se, por meios políticos e militares, a perturbar, dissuadir ou impedir uma projecção de forças (Brustlein, 2010:9). Assim esta estratégia é uma ameaça ao interesse dos EUA de “controlar os espaços comuns”²⁹. Esta estratégia é baseada na interdição naval e aérea. Esta ameaça, apresentada como preocupação política, apareceu logo na QDR de Rumsfeld, em 2001, mas, devido às Guerras do Iraque e do Afeganistão, foi posta de lado. Como já foi referido neste trabalho, este assunto voltou a ser um ponto da agenda da estratégia dos EUA em 2010 (Gates, 2010:31). Estas vulnerabilidades dos GEMMS/SMTS podem ser divididas em dois grupos: as vulnerabilidades físicas do dispositivo necessário para sustentar uma mobilidade estratégica das forças expedicionárias e as vulnerabilidades estratégicas próprias das operações de âmbito expedicionário (Brustlein, 2010:9).

O ambiente das operações de âmbito expedicionário tende a criar dificuldades no próprio movimento, nas LOC e nos locais de RSO-I e nos POD. Os movimentos aéreos e marítimos ao nível estratégico são pesados. Os transportes marítimos³⁰, único meio que permite encaminhar o material de guerra suficiente para sustentar uma operação de grande envergadura, é vulnerável, em todas as LOC, a ataques terroristas, manifestações nos POD e nos POE ou a ciberataques contra as CIS, indispensável para gerir o “monstro da logística”. Os meios marítimos podem ser objecto de ataques por parte de embarcações³¹, de submarinos, aeronaves, mísseis-cruzeiro e de campos de minas submarinos (Gates, 2006), tanto em águas internacionais como junto da costa. Esta possibilidade de ataques contra os meios da potência marítima demonstra que, nos próximos anos, os EUA poderão perder, localmente, o controlo do mar. Para proteger as LOC, a solução pode passar por um

²⁹ Estes espaços comuns são as áreas internacionais livres: marítimas, aéreas, espaciais e ciberespaciais (Posen, 2003);

³⁰ 90 % dos abastecimentos e dos equipamentos de guerra são transportados por mar (*Military sealift Command*, 2010);

³¹ Vem logo a memória o ataque terrorista ao USS Cole no porto de Aden em 2000;



corredor protegido³². Mas esta solução tem as suas desvantagens: conhecimento por parte da ameaça do local de passagem e identificação dos meios dos EUA e, por consequência, avaliação dos meios mais adequados para futuras acções hostis. As zonas de RSO-I junto aos POD estão localizadas, como referido no capítulo anterior, em locais próximos das ameaças. Estas instalações poderão ser objecto de ataques terroristas, de tiros indirectos (mísseis, morteiros, artilharia) e de aproveitamento político por parte da nação hospedeira (fonte de influência sobre os EUA, fonte financeira...). Os transportes aéreos são menos vulneráveis nas LOC, mas permanecem expostos aos ataques supracitados nas aterragens, nas descolagens e nos locais de estacionamento ao longo das pistas das bases aéreas. Estas zonas de RSO-I e os POD devem estar adaptadas para recepcionar uma grande quantidade de meios humanos e materiais e serem capazes de receber os meios da mobilidade estratégica dos EUA (aeronaves tipo C-5, cargueiros classe *Champion T-5* ...).

As operações de âmbito expedicionário têm um cariz ofensivo. Mas como foi visto no parágrafo anterior, a projecção é pesada e quase sempre orientada para POD. Este facto leva a sugerir que essas operações no âmbito expedicionário podem perder, logo no início, algumas das características que definem as operações ofensivas³³.

A ameaça que utiliza a estratégia 2A/AD está numa postura defensiva. Assim, tem um melhor conhecimento do Teatro de Operações onde a força expedicionária vai ser projectada. Sabendo que a importância de um dado conflito tem uma maior probabilidade de ser entendida por um actor local que por um actor longínquo, torna-se provável que as forças projectadas tenham uma inferioridade moral. Este entendimento permite ao actor, que está a defender os seus objectivos vitais, sustentar um esforço mais intenso e contínuo, estando disposto a aceitar maiores sacrifícios que o adversário, neste caso as forças projectadas. Mas, para ter esta superioridade moral, o defensor deverá ter o apoio dos seus elementos.

As LOC da ameaça são sempre menos extensas que as das forças projectadas dos EUA. O tempo exigido para projectar uma força militar poderá permitir à ameaça o tempo para se preparar. De facto, o dispositivo de apoio da força projectada será tanto mais complexo e vulnerável quanto o tamanho das LOC (Brustlein, 2010:11).

As vulnerabilidades, apresentadas neste trabalho, permitem pensar que esta estratégia de 2A/AD é uma ameaça que tem de ser considerada pelos decisores da

³² Como na actual operação “ATALANTA” da UE na costa da Somália.

³³ Estas características que definem as operações ofensivas são a surpresa, o ímpeto e audácia (ME-20-81-00, 2010:102).



estratégia dos EUA e analisada pelos responsáveis da mobilidade estratégica de forças militares. De qualquer forma, não podemos esquecer, como já foi referido neste documento, que a projecção de forças é, e continuará a ser, um elemento essencial da política dos EUA em proteger os seus interesses estratégicos fora do CONUS.

c. **Síntese Conclusiva**

Este capítulo visou responder à QD 5 – “**Como se prospectiva o futuro destes tipos de mobilidade estratégica de forças militares face às tendências de evolução da conflitualidade?**”. De seguida, é apresentado um modelo de conceito de mobilidade estratégica de forças militares com a maior ameaça a este conceito.

As indefinições ligadas ao actual paradigma de conflitualidade, que pode ser definido como a era de operações conjuntas de âmbito expedicionário, tornam difícil sugerir um tipo de mobilidade estratégica de forças militares. A actual ameaça encontra-se fora do CONUS a distâncias intercontinentais. Esta distância obriga a ter em consideração os factores definidos por logística e acesso, como limitadores dos planeamentos.

Assim o conceito de mobilidade estratégica mais adequado deverá ter em atenção o seguinte: A necessidade de abastecimentos em artigos volumosos e pesados obriga a que haja um pré-posicionamento em locais seguros. Estes locais seguros, onde se inserem as *Mobile Sea Bases e as FOS*, são definidos como elementos essenciais para a segurança regional e internacional, não se vislumbrando qualquer solução para substituir essa rede de bases oriundas do SMTS.

Em paralelo, este transporte obriga ao controlo das linhas de comunicação, nas áreas internacionais livres e junto aos locais seguros. O acesso aos pontos de RSO-I, em ambiente permissivo ou não, deve ser garantido por forma a sustentar uma força robusta, durante o tempo suficiente que permita a conclusão das operações com sucesso, o que tudo indica poder vir a ser demorado. Este acesso está sujeito a ameaças do tipo 2A/AD, à violência extremista, aos acordos com os parceiros, às plataformas de projecção e às informações.

A força robusta necessária para actuar em teatros de operações a grandes distâncias deve ter a flexibilidade de se organizar conforme a ameaça tradicional, irregular ou catastrófica a enfrentar.

Por tudo o que foi apresentado, a solução encontra-se na transformação do actual SMTS tendo em atenção as vantagens do GEMMS.



Esta caracterização do tipo de mobilidade estratégica apresenta algumas vulnerabilidades ligadas à estratégia 2A/AD. As armas relacionadas com esta estratégia revelam as vulnerabilidades próprias dos dispositivos necessários para sustentar uma mobilidade estratégica e das operações de âmbito expedicionário. O desenvolvimento destas armas nos últimos anos constitui-se como um factor perturbador da projecção de uma força, tanto nas LOCs como nos locais de RSO-I, e indicador de uma possível futura perda da supremacia naval dos EUA.



6. CONCLUSÕES

Face ao exposto anteriormente, julgamos estar em condições de enumerar as principais conclusões deste trabalho, e desta forma responder à questão central que orientou todo o seu desenvolvimento.

Foi caracterizada a base conceptual da mobilidade estratégica de forças militares dos Estados Unidos como uma capacidade essencial da postura militar global e da sua capacidade de projectar poder em qualquer ponto do globo. Esta capacidade está interligada e interdependente de outras capacidades como, por exemplo, as *Forward-Based Forces*, as *Forward-Deployed forces*, as *Global Attack forces*, as *Forcible Entry Forces*, a mobilidade estratégica (conceito logístico), as forças C3I globais e uma rede de acordos jurídicos multilaterais e de segurança mútua entre os EUA e os países ditos amigos;

Embora a Estratégia de Segurança Nacional possa mudar com os diferentes governos dos EUA, a postural militar global e, em consequência, a sua mobilidade estratégica, só mudou por duas vezes. Efectivamente, entre 1890 e 2010, os Estados Unidos apenas assumiram dois tipos de mobilidade estratégica, cada um adaptado a uma era de segurança única.

Na era oceânica que se estendeu por quase seis décadas entre 1890 e 1946, os EUA assumiram uma postura expedicionária baseada no seu poder marítimo por forma a controlar o Pacífico e as Caraíbas. A combinação de uma mobilidade ao nível estratégico, principalmente de cariz naval, e de forças expedicionárias deu origem ao *Global Expeditionary Movement and Maneuver System* (GEMMS).

A era transoceânica, marcada pela Guerra Fria com a URSS, durou entre 1947 e a queda do muro de Berlim. Durante este período, os EUA mudaram a sua postura de uma postura expedicionária com interesses regionais, para uma postura com presença permanente fora do CONUS e interesses globais. O GEMMS foi transformado num novo sistema conhecido por *Strategic Military Transportation System* (SMTS).

A segunda era transoceânica representa o mundo pós-Guerra Fria. O desenvolvimento de um novo conceito de mobilidade estratégica foi feito de uma forma lenta, muito devido à grande incerteza e à falta de definição das ameaças que caracterizaram a década após o fim da Guerra Fria. Porém, actualmente, com os desafios dos conceitos estratégicos vigentes, os EUA iniciaram uma mudança do conceito de SMTS para um conceito próximo do GEMMS.

Da análise realizada aos dois tipos de mobilidade estratégica utilizados pelos EUA



e aplicados à actual era de operações conjuntas de âmbito expedicionário, salienta-se a existência de vantagens e inconvenientes.

As vantagens do GEMMS são o decréscimo da presença permanente de forças militares dos EUA em territórios estrangeiros, a redução de acordos bilaterais e multilaterais e a diminuição do tempo de projecção das forças militares e a previsão de um acesso incerto ao Teatro de Operações.

Como vantagens, o SMTS permite pré-posicionar os meios na região onde se prevê uma ameaça e ter uma base permanente de apoio junto da força a apoiar e ter os contratos de utilização e de direitos de trânsito pré-acordados.

Quanto aos inconvenientes, O GEMMS, para poder projectar uma força pronta para o combate, necessita de um maior número de meios de apoio, ou mais capazes, para projectar a força militar num número mínimo de levadas. Este sistema necessita de POD de apoio para estabelecer uma cabeça de ponte/praias. Por forma a diminuir o peso logístico, a força expedicionária deve ser de tipo ligeiro e que, por esse facto, a sua blindagem será substancialmente menor. Este sistema também necessita de acordos de direitos de trânsito ou de sobrevoo, o que, neste caso, porá os EUA dependentes de outros Estados e numa posição reveladora das suas intenções.

O SMTS é adequado para ambientes de acesso permissivo e é baseado numa rede de bases, fora do CONUS. Esta rede tem por desvantagem o facto de ser um alvo potencial das armas de precisão e de destruição maciça da ameaça. O SMTS permite colocar meios de apoio logísticos perto das regiões onde se estima existir uma ameaça. Este pré-posicionamento de artigos pesados e volumosos dificulta, no entanto, qualquer necessidade de os deslocar para uma nova posição;

Tendo em conta as Estratégias Geral e Particular dos EUA, é possível caracterizar a actual era de operações conjuntas de âmbito expedicionário e definir os factores de decisão, conhecidos por Missão e Meio ao nível estratégico, que os EUA deverão ter em conta para definir um conceito de mobilidade estratégica de forma a responder aos novos desideratos do Governo dos EUA. Neste sentido, consideramos que a mobilidade estratégica dos EUA, deverá ter em consideração:

Em primeiro, os quatros pilares da NSS do Presidente Obama: a segurança, a prosperidade, os valores dos EUA e a ordem internacional. Este documento afirma que o poder militar não é o único garante da segurança nacional. O poder militar poderá ser aplicado em qualquer ponto do globo por forma a eliminar as condições que alimentam os extremismos e que criam as actuais ameaças. O documento estabelece a possibilidade do



uso da força de uma forma unilateral para garantir a segurança e os interesses dos EUA. Mas sempre que possível, todas as opções deverão ser esgotadas antes de se entrar em guerra.

Em segundo, as seis missões fundamentais para as FAA definidas na QDR do Secretário da Defesa Gates de 2010: A defesa do CONUS e das instituições dos EUA; a contra-subversão (COIN), as operações de estabilização e de contra-terrorismo; o reforço das capacidades dos países parceiros; a dissuasão e a derrota das tentativas hostis de interdição dos acessos as zonas marítimas, zonas aéreas e ao espaço que foram identificadas como zonas cruciais para a segurança nacional e internacional (combater as estratégias de 2A/AD); a luta contra a proliferação de armas de destruição maciça e a eficácia no ciberespaço. Esta QDR aponta como níveis de ambição, no curto prazo, ser capaz de derrotar um agressor regional; no médio e longo prazo, ser capaz de conduzir uma série de múltiplas missões em simultâneo (por exemplo, uma operação de estabilização mais uma operação de grande envergadura para derrotar um agressor regional altamente capaz e, em simultâneo, apoiar as autoridades civis dentro do CONUS).

E por fim, os quatro objectivos definidos pela NMS do Almirante Mullen para as FAA: Combater o extremismo violento; deter e derrotar toda e qualquer agressão; reforçar a segurança regional e internacional e moldar a futura força.

O modelo de mobilidade estratégica de forças militares que parece mais adequado a uma era de operações conjuntas de âmbito expedicionário deverá evoluir do actual sistema, SMTS, para uma combinação efectiva de forças pré-posicionadas e destacadas, fora do CONUS, com forças expedicionárias, prontadas no CONUS. Este sistema deverá ter em conta os factores definidos pela logística e pelo acesso. Em primeiro lugar, a logística obriga ao uso de LOCs e áreas para RSO-I seguras. Em segundo lugar, o acesso a estas áreas está sujeito a ameaças de tipo 2A/AD, à violência extremista, aos acordos com os parceiros, às plataformas de projecção e às informações. Por tudo o que foi apresentado, a solução encontra-se na transformação do actual SMTS tendo em atenção as vantagens do GEMMS. No entanto, a capacidade 2A/AD desenvolvida por potências regionais poderá no futuro limitar a capacidade de mobilidade estratégica dos EUA.

Assim, decorrente dos pontos anteriores, julgamos poder propor que, para além do *airlift* e *sealift* existentes que apoiam as forças actuais, os Estados Unidos devem estar preparados para: conquistar e defender o acesso às áreas negadas; construir rapidamente uma base de apoio em zonas onde não existem acordos; e operar a partir de bases móveis.



Por último, resta concluir que a síntese da prospectiva apresentada, representa o argumento do nosso estudo:

“Por ser um elemento fundamental da postura militar dos EUA, a mobilidade estratégica é muito mais que uma capacidade que permite interligar e apoiar todo e qualquer ataque de tipo global, as bases militares fora do CONUS, as forças destacadas e as forças de entrada inicial. Os dois conceitos de mobilidade estratégica, conhecidos por GEMMS e SMTS, evoluíram com as mudanças de conceitos estratégicos existentes ao longo da história dos EUA. Os inconvenientes encontrados nestes dois sistemas demonstram que qualquer dos dois modelos não permite atingir os níveis de ambição da actual Estratégia dos EUA. Os desafios definidos nesta Estratégia delimitam de uma forma realista a era de operações conjuntas de âmbito expedicionário. O último tipo de mobilidade estratégica, conhecido por SMTS, deverá ser objecto de uma transformação por forma a responder aos desafios levantados pela ameaça de 2A/AD a qual representa a maior ameaça à actual postura global militar dos EUA.”



BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Referenciada

Monografias (Livros)

CHAUPRADE, Aymeric (2003). *Géopolitique-Constantes et changements dans l'histoire*. Paris: Ellipses.

COUTO, Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um Curso*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

KREPINEVICH, Andrew, WORK, Robert O. (2007). *A New Global Defense Posture for the Second Transoceanic Era*. Washington DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments.

RIBEIRO, António (2009). *Teoria Geral da Estratégia*. Coimbra: Almedina

SANTOS, José Loureiro dos (2006). *O Império debaixo de fogo*. Mem Martins: Europa-América.

SCALES Jr., Robert H. (2003). *Yellow Smoke*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

VAN EVERA, Stephen (1997). *Guide to Methods for Students of Political Science*. New York: Cornell University Press.

WOORWARD, Bob (2010). *Obama's Wars-the Inside Story*. London: Simon&Schuster UK Ltd.

Legislação e outros Documentos Oficiais

The National Security Strategy. White House. Maio de 2010.

The National Defense Strategy. Washington DC. Junho 2008.

Quadrennial Defense Review. Washington DC. Fevereiro 2010.



CJCS Guidance for 2011. Washington DC. 2010.

The National Military Strategy of the United States of America. Washington DC. Fevereiro 2011.

United States Transportation Command. 2011 Strategic Plan. Scott AF Base, III. 201.

Fiscal Year Baseline Data. Washington DC. 2009.

Manuais

ME-20-81-00 – *Operações*. IESM. 2010.

JCS, Joint Chiefs of Staff (1999). *JP 3-35 – Joint Publication -35: Joint Deployment and redeployment Operations*.

JCS, Joint Chiefs of Staff (2003). *JP 4-01 – Joint Publication - 01: Joint Doctrine for the Defense Transportation System*.

OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte (2010). *AAP-6: NATO Glossary of Terms and Definitions*. NATO Standardization Agency.

Monografias electrónicas

ECONOMIST *.Economist-Entente or Bust* [em linha]..2010. [Referência de 14 de Outubro de 2010]. Disponível na Internet em: < <http://www.economist.com/node/17254472>>.

KLAUS, John. *Strategic Mobility Innovation: Options and Oversight Issues* [em linha]. *National Defense Fellow.Foreign Affairs, Defense, and Trade Division*. Abril 2005. [Referência de 24 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: < <http://www.fas.org/sgp/crs/weapons/RL32887.pdf> >.

KUGLER, Richard. *Operation Anaconda in Afghanistan* [em linha]. *Center for Technology and National security policy. National Defense University*. 2007. [Referência de 24 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em:< <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA463075&%3BLo>>.



Artigos de publicações em série electrónicas

AIR UNIVERSITY. The air space power course of *Information Warfare* [em linha]. 2010 [Referência de 18 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.iwar.org.uk/military/resources/aspc/text/aa/aastgy.htm>>.

BRUSTLEIN, Corentin. *Vers la fin de la projection de forces ? Laboratoire de recherche sur la défense. Institut Français des Relations Internationales*. [em linha]. Abril 2010. [Referência de 10 de Janeiro de 2011] Disponível na Internet em: <<http://www.ifri.org/?page=detail-contribution&id=6046>>.

CAMBRIDGE INSTITUTE. *The National Defense Panel: Assessment of the 1997 QDR*. [em linha] Maio de 1997. [Referência de 18 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <www.defenselink.mil/topstory/ndspassess.html>.

GATES, Robert. *Annual report to Congress: The military power of the People's republic of China 2006* [em linha]. 2006. [Referência de 10 de Janeiro de 2011] Disponível na Internet em: <<http://www.defenselink.mil/pubs/pdfs/china%20Report%202006.pdf>>.

GLOBAL SECURITY. *Air Mobility Command*. , [em linha]. 2010 [Referência de 18 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.globalsecurity.org/military/agency/usaf/amc.html>>.

HICKINS, Kenneth. *Strategic Mobility: The U.S. Military's Weakest Link. Army logistician*. [em linha]. Dezembro 2002. [Referência de 10 de Janeiro de 2011] Disponível na Internet em: <<http://www.almc.army.mil/alog/issues/NovDec02/MS813.htm>>.

HUNTINGTON, Samuel P. *National Policy and the Transoceanic Navy, Proceedings. US Naval Institut*. [em linha]. May 1954. [Referência de 10 de Janeiro de 2011] Disponível na Internet em: <<http://blog.usni.org/2009/03/09/from-our-archive-national-policy-and-the-transoceanic-navy-by-samuel-p-huntington/>>.

LAMBETH, Benjamin. *Task Force Hawk. Air Force Magazin* [em linha]. Fevereiro 2002. [Referência de 24 de Março de 2011] Disponível na Internet em: <<http://www.afa.org/magazine/Feb2002/0202hawk.asp>>.



MILITARY SAELIFT COMMAND. *Large, Medium-Speed, Roll-on/Roll-off Ships*. [em linha]. 2010 [Referência de 18 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.msc.navy.mil/N00P/Savannah/fact-lmsr.htm>>.

MILITARY SAELIFT COMMAND. *Saelift Program*. [em linha]. 2010 [Referência de 18 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.msc.navy.mil/pm5/>>.

POSEN, Barry. *Command of the commons. The military foundation of US Hegemony*". International Security, Vol 28, nº1. [em linha]. 2003. [Referência de 10 de Janeiro de 2011] Disponível na Internet em:< <http://spain.slu.edu/academics/courses/syllabus/POLS-465.pdf>>.

RAND, Research and Development. *QDR 2001: lessons on Managing change in the DOD* [em linha]. Abril de 2005 [Referência de 18 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.rand.org/pubs/documented_briefings/2005/DB379.pdf>.

RIBEIRO, António. *Mahan e as marinhas como instrumento político*. Revista Militar [em linha]. [Referência de 24 de Fevereiro de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=569>>.

SHINSEKI, Eric K. *Task force Hawk* .FrontLine Magazin [em linha]. 2000 [Referência de 24 de Fevereiro de 2011] , Disponível na Internet em: <www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/future/experts/taskforce.html>.

SLATE. *Rumsfeld Surrenders: The QDR dashes his dreams of military transformation*. [em linha]. Fevereiro 2006 [Referência de 18 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet, em: <<http://www.slate.com/id/2135343/>>.

TOURREILLE, Julien. *Le budget americain de la defense: colossal, mais insuffisant? Chronique États-unis*. Institut d'études Internationales de Montréal. [em linha]. Fevereiro 2010. [Referência de 10 de Janeiro de 2011] Disponível na Internet em:<<http://www.ieim.uqam.ca/IMG/pdf/JTUSA-230210.pdf>>.



US ARMY. *WWII: Military History* [em linha]. Novembro de 2007.[Referência de 18 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em:
< <http://www.army.mil/cmh/lineage/cc/inf.htm>>.

Bibliografia Consultada

Monografias (Livros)

ALBERTS, David S. (2003). *Information Age Transformation- Getting to a 21st century military*. Washington DC: CCRP Publication series.

DAVIS, Lynn E, SHAPIRO, Jeremy (2002). *The U.S. Army and the New National Security*.

GRAY, Colin S. (2006). *Strategy and History: Essays on Theory and Practice*. Oxon: Routledge.

KAGAN, Robert (2004). *Of paradise and Power- America and Europe in the new world order*. New York: Vintagebooks.

LEFEBVRE, Maxime (2004). *La politique Étrangère américaine*. Paris: PUF.

MÜNKLER, Herfried (2003). *Les Guerres Nouvelles*. Paris: Alvik éditions.

Legislação e outros Documentos Oficiais

The Joint Operating Environment 2008. United States Joint Forces Command. Novembro 2008.

Monografias electrónicas

COPPOLANI, Antoine (2009). *L'arc de crise selon Obama et ses conseillers* [em linha]. Paris: motor de busca de documentos no âmbito das ciências sociais [Referência de 10 de Janeiro de 2011] Disponível na Internet em: < <http://www.cairn.info/revue-politique->



etrangere-2009-1-page-133.htm >.

GORDON, John IV. *La transformation, pour quoi faire? Défis d'aujourd'hui et de demain* [em linha]. Focus stratégique n°11bis, Laboratoire de recherche sur la Défense, Janeiro 2010. [Referência de 22 de Novembro de 2010]. Disponível na Internet em: <www.ifri.org/downloads/fs11bisgordon.pdf>.

MORSE, Eric (2010). *Analysis of the Obama Administration's "National Security Strategy 2010"*. [em linha]. National Strategy Forum. [Referência de 10 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: <[http://nationalstrategy.com/Portals/0/documents/NSFR%20Blog/NSFR%20Blog-E.%20Morse%20NSS%20Critique%20\(June%203,%202010\).pdf](http://nationalstrategy.com/Portals/0/documents/NSFR%20Blog/NSFR%20Blog-E.%20Morse%20NSS%20Critique%20(June%203,%202010).pdf)>.

O'HANLON, Michael. *Unfinished Business-US overseas Military Presence in the 21st century* [em linha]. Center for a New American Security, Junho de 2008. [Referência de 06 de Dezembro de 2010]. Disponível na Internet em: <www.brookings.edu/~media/Files/rc/...military.../06_military_ohanlon.pdf>.

PERRY, Walter L., et al. *Issues raised During the Army After Next Spring Wargame* [em linha]. Arroyo center. Rand, United States Army. 1999. [Referência de 18 de Novembro de 2010]. Disponível na Internet em: <www.rand.org/pubs/monograph_reports/2009/MR1023.pdf>.

PROENÇA, Domício, DUARTE, Érico. *Projeção de poder e intervenção militar pelos Estados Unidos da América* [em linha]. Revista Brasileira de Política internacional, Nº 46. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003. [Referência de 19 de Novembro de 2010]. Disponível na Internet em: <www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n1/a07v46n1.pdf>.

RAND. Research and Development. *Strategy*. [em linha]. 2010. [Referência de 10 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: <www.rand.org/pubs/monograph_reports/2010/MR1657.pdf>.

RUSSÈ, Anne-Henry. *Transformation et contre insurrection* [em linha]. Laboratoire de recherche sur la défense. Institut Français des Relations Internationales. Maio de 2009.



[Referência de 21 de Novembro de 2010]. Disponível na Internet em:
< www.ifri.org/downloads/Focus_strategique_16_deRusse.pdf >.

SCALES, Robert H. *Future Warfare- Anthology* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, Agosto 2000. [Referência de 23 de Novembro de 2010]. Disponível na Internet em:
<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub222.pdf> >.

Artigos de publicações em série electrónicas

FEAVER, Peter (2010). *Obama's National Security Strategy: real change or just "Bush Lite?"* [em linha]. Artigo publicado na revista on line da Foreign policy [Referência de 11 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em:
<http://shadow.foreignpolicy.com/posts/2010/05/27/obama_s_national_security_strategy_real_change_or_just_bush_lite>

KELLERHALS, Merle (2010). *La stratégie de sécurité nationale du président Obama privilégie la paix et la coopération* [em linha]. Site de informação do governo dos EUA [Referência de 11 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em:
<<http://www.america.gov/st/peacesec-french/2010/May/20100527181253jreeduos0.9549982.html>>

NATIONAL STRATEGY FORUM. *U.S. National Security Strategy 2010* [em linha]. Chicago, 2010 [Referência de 24 de Janeiro de 2011] Disponível na Internet em:
<<http://nationalstrategy.com/NSFReview/Winter2009Vol19No1USNSS2010.aspx>>.

SCHAFFER, Douglas (2010). *The (New?) National Security Strategy* [em linha]. Artigo publicado na revista on line *National Security Watch* [Referência de 10 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em: < www.ausa.org/publications/ilw/Documents/NSW%20101.pdf >

THE WHITE HOUSE. *Fact Sheet: The president's National Security Strategy* [em linha]. 2010. [Referência de 10 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em:<<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2006/03/print/20060316.html>>



THE WHITE HOUSE. *Advancing Our Interests: Actions in Support of the President's National Security Strategy* [em linha].2010 [Referência de 10 de Janeiro de 2011]. Disponível na Internet em:< <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/advancing-our-interests-actions-support-presidents-national-security-strategy>>.



ANEXOS



ANEXO 1

GLOSSÁRIO



2A/AD: As estratégias de *Anti-access* tentam evitar a projecção e a manutenção de poder militar numa determinada região, enquanto as estratégias de *Area Denial* buscam restringir a liberdade de acção na região (NMS, 2011: 8).

Área internacional livre: Área do globo que nenhuma pessoa ou Estado pode possuir ou controlar. Esta área inclui o alto mar e o seu leito, o subsolo, o espaço e o ciberespaço (*United States Transportation Command*, 2011:07).

Capacidade: A aptidão para produzir um efeito que os utilizadores dos meios ou serviços necessitam atingir (ACT, 2005:12).

Conceito de emprego: A descrição em termos gerais, tendo em atenção as características dos meios, o ambiente táctico e a doutrina, do uso de um equipamento ou de um sistema de armas (AAP – 6, 2010:2-W-2).

Conjunto: Adjectivo utilizado para descrever as actividades, operações e organizações em que pelo menos dois Ramos participam (AAP – 6, 2010:2-J-1).

CONUS: Esta abreviação de *Continental United States* representa os 48 Estados do continente Americano do norte, a sul do Canada e a norte do México, mais o distrito de *Columbia*. Este termo não inclui os estados do Alasca e do Havai, e todos os territórios e posses dos EUA, tais como Porto Rico (JP1-02, 2005:117).

Guerra: Violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares (Couto, 1988:148).

Mobilidade Estratégica: A capacidade de mover forças e a sua logística associada de forma oportuna e eficaz a longas distâncias (AAP-6,2010: 2-s-13).

Multinacional: Força composta por duas ou mais nações (AAP-6, 2010:2-C-9).



Operação Aeromóvel: É aquela em que as forças de combate e respectivo equipamento se movimentam sobre o campo de batalha em aeronaves, helicópteros, sob o controlo de um comandante das forças terrestres para se empenharem em combate terrestre (MC 136-1:1).

Operação interdependente: acção militar planeada por um dos ramos das forças armadas e apoiado por outros (JP1-02, 2005:413).

Operações conjuntas: termo utilizado para descrever as acções militares levadas a cabo por forças conjuntas ou por duas ou mais forças dos ramos das Forças Armadas que, por si só não criem forças conjuntas (JP1-02, 2005:289).

Operações Expedicionárias: A projecção de poder militar sobre linhas de comunicação extensas sobre uma área de operações distante para o cumprimento dum objectivo específico (AAP-6, 2010: 2-E-5).

Transportes inter-teatro: Termo usado para definir os transportes que ligam os teatros de operações entre eles e com o CONUS, bem como o transporte no território continental dos EUA. A maioria destes meios é atribuída ao Comando do *United States Transportation Command*. Anteriormente designado por transporte estratégico (JP 4-01, 200: GL-10).

Transporte operacional/intra-teatro: Termo usado para definir os transportes utilizados num determinado teatro de operações. A maioria destes meios é atribuída ao Comando operacional (JP 4-01, 200: GL-12).



ANEXO 2

FIGURAS

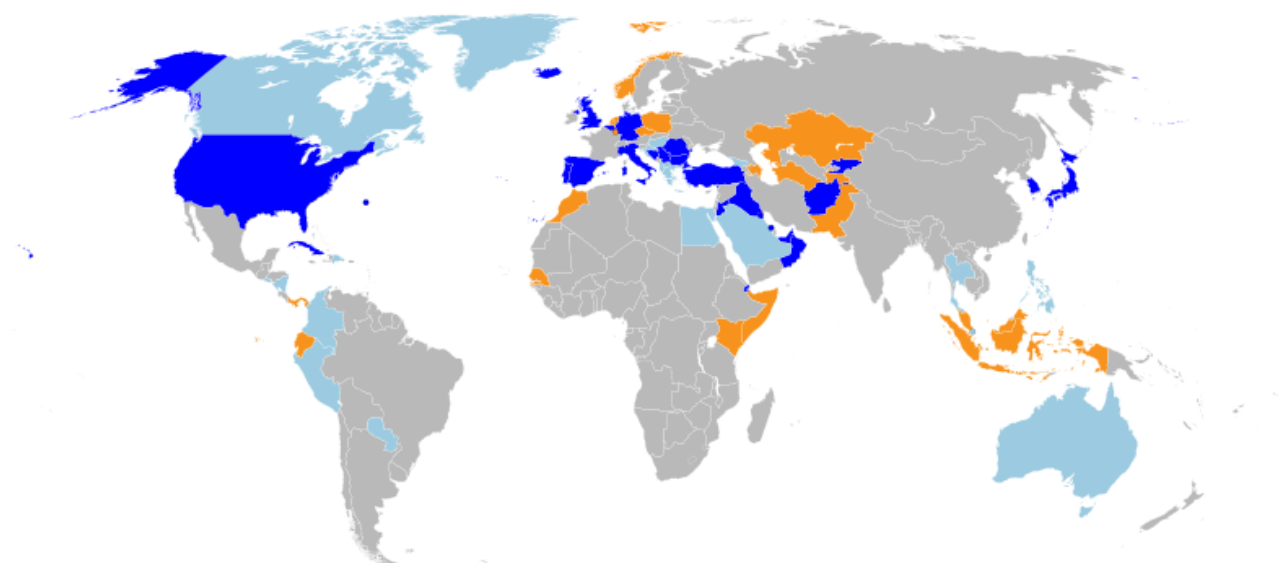


Figura 1. Bases militares dos EUA

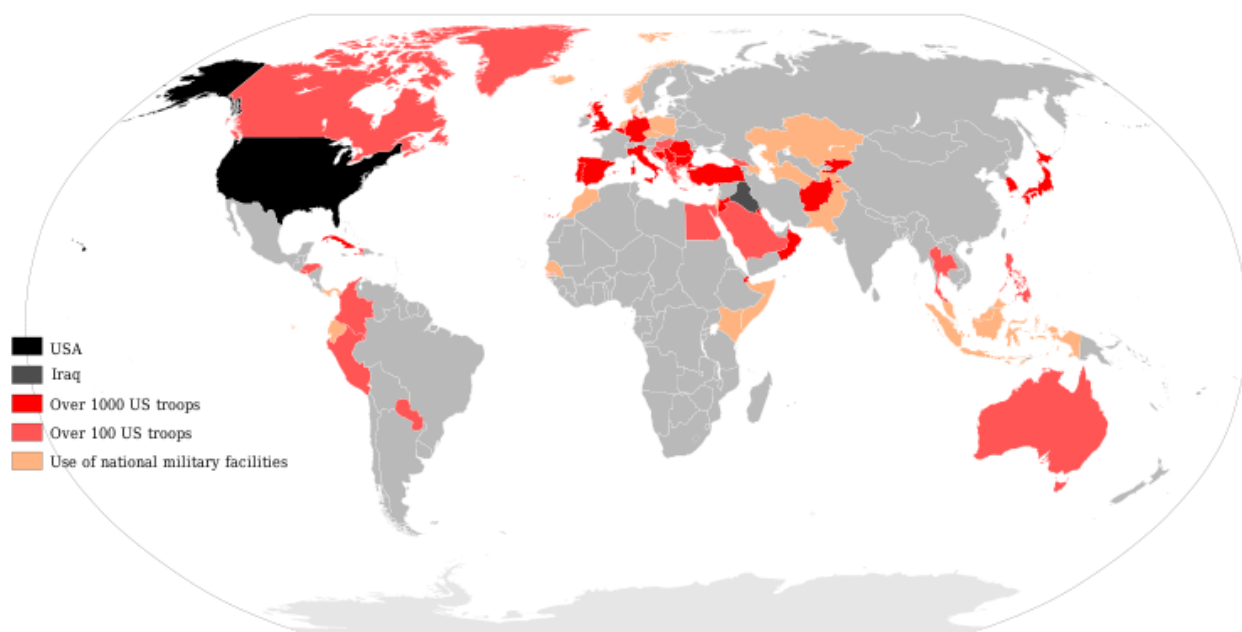


Figura 2. Localização de forças militares dos EUA



<i>Location</i>	<i>Nº Large Sites</i>	<i>Nº Medium Sites</i>	<i>Nº Small Sites</i>	<i>Nº Other Sites</i>	<i>Total Sites</i>
<i>United States</i>	97	100	3420	1125	4742
<i>US Territories</i>	3	2	64	52	121
<i>Foreign</i>	13	19	620	64	716
Total	113	121	4104	1241	5579

Figura 3. Numero de bases dos EUA- FY 2009 baseline Data